

**MEC**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**

# **INFOCAPES**

**Boletim Informativo VOL. 2 N. 3 julho/setembro 1994**



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
Perfil dos cursos “A”, cursos novos e outras novidades	
<b>ESTUDOS E DADOS</b>	<b>7</b>
A situação atual da pós-graduação <i>lato sensu</i> <i>Fernando Spagnolo e Maribel Alves Fierro Sevilla</i>	
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>13</b>
O perfil do curso “A” - Critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado.	
Política de implantação de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
<b>OPINIÃO</b>	<b>22</b>
Consideração sobre a pós-graduação e os cursos “A” <i>Antonio Albuquerque de Figueiredo</i>	
<b>INFORMES</b>	<b>26</b>
Criação da Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultoria Programa de Consolidação Acordo com a França beneficia bolsistas brasileiros Vistos de longa duração para a França Novos cursos recomendados pelo GTC Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior Seleção de bolsas no exterior Programa Especial de Treinamento <i>Lato sensu</i> Comissões de avaliação - 1994	
<b>MERCADO DE TALENTOS</b>	<b>33</b>
<b>CAPES RESPONDE</b>	<b>35</b>



## APRESENTAÇÃO

### PERFIL DOS CURSOS A, CURSOS NOVOS E OUTRAS NOVIDADES

Neste ano de 1994 completa-se mais um ciclo da avaliação da CAPES. Implantada há mais de 15 anos, a avaliação da pós-graduação tornou-se, na opinião de muitos acadêmicos, o cartão de visita da CAPES, no país e no exterior. Pioneira pela abrangência e regularidade, esta iniciativa mobiliza todos os cursos de mestrado e doutorado no registro das atividades acadêmicas desenvolvidas, nas inovações implementadas e nos resultados obtidos. Este conjunto de dados - armazenado pela CAPES e que constitui a memória da pós-graduação brasileira - é objeto de detalhada análise, a cada dois anos, por parte das Comissões de Avaliação expressamente constituídas para este fim.

Como anunciado no INFOCAPES V. 1, nº 2 - Out./Dez. 1993, para facilitar e tornar mais coerente o trabalho das atuais Comissões de Avaliação realizou-se um levantamento de opiniões junto a ex-coordenadores de área, seguido de uma série de reuniões e debates envolvendo os atuais coordenadores de área, consultores, técnicos e direção da CAPES, sobre os requisitos que caracterizam o mestrado ou doutorado **A**. O resultado foi a elaboração de uma série de oito documentos, para cada grande área de conhecimento, mais um documento geral que sintetiza os principais pontos de consenso sobre o **PERFIL DOS CURSOS A**. Estes documentos encontram-se, na íntegra, na seção DOCUMENTO deste INFOCAPES. Acreditamos que vão se constituir num ponto de referência obrigatório, não apenas para o atual trabalho das Comissões de Avaliação (Cf. CAPES INFORMA, neste número do INFOCAPES) como também para todos os coordenadores de cursos de mestrado e doutorado. Chamamos a atenção para a inclusão no documento síntese de dois tópicos extremamente necessários e importantes para o nosso sistema: a integração da graduação à pós-graduação e o acompanhamento dos egressos dos cursos de mestrado e doutorado.

Corrigidas as distorções e/ou as discrepâncias de critérios quanto aos cursos **A** será possível estabelecer no *ranking* de conceitos da CAPES o conceito de **Excelência**. Esse conceito seria atribuído a um curso, após avaliação realizada por um comitê especial que incluiria também consultores internacionais de reconhecida competência na área de conhecimento do curso e seria feita sem periodicidade definida, por demanda do próprio curso.

Para os cursos **C**, **D** e **E** foi criado, este ano, o **Programa de Consolidação de Cursos** que visa dar um tratamento diferenciado aos cursos com aqueles conceitos para que acelerem o seu

processo de consolidação. Esse programa, divulgado com maiores detalhes na seção CAPES INFORMA neste número do INFOCAPES, exige um compromisso maior do próprio curso e da instituição na qual ele se insere, pois caso resultados positivos não sejam apresentados num prazo entre dois e quatro anos e o curso não se situe em áreas isoladas ou em áreas estratégicas do conhecimento, ele deixará de receber apoio. Isto porque não é justo que recursos, cada vez mais escassos, sejam dirigidos para um ensino sem potencial e de baixa qualidade

O **Programa de Consolidação de Cursos** faz parte de uma política mais ampla, que envolve também os cursos novos. De um lado, foram discutidas e aprovadas pelo GTC (Grupo Técnico Consultivo formado por representantes das principais agências governamentais de fomento do país) novas diretrizes para abertura de cursos novos que levam em conta, além do mérito e da qualidade dos cursos propostos, as áreas prioritárias conforme as necessidades estratégicas de formação de recursos humanos de alto nível para o país e a distribuição geográfica dos cursos. Isto evitaria excesso de oferta de cursos similares numa mesma área ou naquelas em que a demanda é fraca ou inexistente. Os cursos que apresentem mérito mas não atendem a esses requisitos podem ter o aval do GTC para funcionar, mas não para receber apoio dos programas de fomento das agências. Estas diretrizes também se encontram na seção DOCUMENTO deste INFOCAPES. De outro lado, os cursos novos ainda não avaliados, mas que contam com um aval favorável do GTC, devem ser apoiados fortemente desde o seu início para que possam se consolidar mais rapidamente e receber um conceito mais positivo quando forem avaliados pela primeira vez. Desde o início do ano passado, estes cursos vêm recebendo um fomento equivalente a um curso **B+** ou **A-**.

Até o final do ano estará sendo publicada uma nova síntese dos resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação, realizada este ano. O reconhecimento de que goza a avaliação da CAPES não é mérito exclusivo desta agência. A comunidade acadêmica e científica, seja através dos coordenadores de área - que formam o Conselho Técnico Científico da CAPES - como através das Comissões de Avaliadores e dos coordenadores de curso, sempre teve um papel ativo não apenas em viabilizar a iniciativa, mas em melhorá-la. Com frequência recebemos, formal e informalmente, indagações, críticas e sugestões sobre a maneira de conduzir a avaliação. As considerações do Prof. Figueiredo, publicadas na seção OPINIÃO, são um exemplo desse tipo de colaboração. Elas constituem para a CAPES um subsídio para reflexão e um desafio para rever constantemente os mecanismos e os procedimentos de nossa avaliação, ajustando-os para caminharmos na direção certa.

Maria Andréia Loyola, *Presidente da CAPES*

## ESTUDOS E DADOS

# A SITUAÇÃO ATUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”

Fernando Spagnolo\* e Maribel Alves Fierro Sevilla\*\*

## 1. INTRODUÇÃO

Uma questão há longo tempo debatida e ainda não satisfatoriamente equacionada é a que diz respeito à pós-graduação *lato sensu*. Embora se reconheça a importância desse nível de formação para muitas categorias profissionais - e mesmo para docentes do ensino superior -, questiona-se sua estrutura, sua relação com a pós-graduação *stricto sensu*, sua utilidade, sua qualidade. Causa suspeitas a desenvoltura com que instituições de pouca tradição acadêmica oferecem esses cursos; a exploração que fazem do rótulo de *pós-graduação* para atrair candidatos desavisados, e a facilidade com que grandes filas de postulantes são admitidos. Preocupa também a falta de acompanhamento e controle por parte de agências e autoridades educacionais e as minguidas orientações de caráter legal e administrativo existentes. Em suma, questiona-se se a pós-graduação *lato sensu* tal como se encontra hoje - seja ela resultado de uma suposta política de *laissez faire* ou de ausência de políticas - é adequada e oportuna para o momento atual.

A CAPES, tendo colocado na pauta de suas prioridades a discussão sobre o possível redesenho da pós-graduação brasileira, resolveu começar com o caso dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, que é onde as informações disponíveis são mais escassas. O estudo que aqui apresentamos de forma resumida, pretende oferecer uma visão geral desse nível de ensino em termos de distribuição de seus cursos por área geográfica e de conhecimento, das características das instituições envolvidas, da modalidade de cursos e processos de seleção, da relação com a pós-graduação *stricto sensu* e, finalmente, de suas perspectivas.

## 2. O CADASTRAMENTO DOS CURSOS DA CAPES

A CAPES, através da Divisão de Estudos e Divulgação Científica, e com a colaboração de pesquisadores das Faculdades Integradas da Católica de Brasília, realizou um levantamento em fins de 1992 - que se estendeu ao longo do ano de 1993 - com o objetivo de coletar informações sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos em 1992. A coleta foi realizada por meio de questionário auto-aplicável enviado por via postal a todas as 893 instituições de ensino superior cadastradas pelo MEC.

O instrumento de coleta era composto de três partes. A primeira identificava a instituição, o curso, a especialidade, os responsáveis pelo curso e a clientela preferencial. A segunda parte indagava sobre a modalidade de oferta do curso, as exigências para o ingresso e para a conclusão, o número de alunos matriculados e concluintes e a regularidade da oferta do curso. A terceira parte solicitava a relação das disciplinas com a respectiva carga horária, o docente responsável, grau, instituição e o ano de titulação do mesmo.

---

\* Chefe da Divisão de Estudos e Divulgação Científica da CAPES e Professor Doutor das Faculdades Integradas da Católica de Brasília.

\*\* Professora Colaboradora das Faculdades Integradas da Católica de Brasília e Mestranda da UnB.

Das 893 IES investigadas, 274 (31%) ofereceram cursos de especialização em 1992; 245 (27%) declararam não oferecer cursos de pós-graduação; e 374 (42%) permaneceram sem se manifestar. Por ser este último grupo constituído principalmente de instituições de pequeno porte e isoladas, existe a forte suspeita de que a maioria das que não responderam não ofereçam, de fato, cursos de especialização.

Excluindo os cursos com carga horária inferior a 360 horas, e os de residência médica - que têm carga horária consideravelmente maior e são regidos por legislação própria - foi registrado um total de 1427 cursos *lato sensu* oferecidos em 1992. Levando-se em conta o índice de não-respostas e as observações feitas acima, pode-se trabalhar com a hipótese realista de um total de 1.500 a 2.000 cursos de especialização oferecidos anualmente pelas instituições de ensino superior.

Existe um outro universo de cursos de especialização nitidamente voltados para a qualificação técnico-profissional, sem relação alguma com o magistério superior ou de 1o e 2o Grau, e que são oferecidos por empresas ou por associações profissionais. Esses cursos não foram objeto do nosso levantamento.

Vale ressaltar o significado deste cadastramento que resultou em publicação lançada recentemente pela CAPES (MEC/CAPES, 1994). Embora ainda com lacunas, é de longe o catálogo mais completo e abrangente sobre pós-graduação *lato sensu* disponível hoje no Brasil.<sup>1</sup>

### **3. OS CURSOS *LATO SENSU* POR REGIÃO E ÁREA DE CONHECIMENTO**

Como já mencionado, a pós-graduação *lato sensu* abarca, estimativamente, um conjunto de 1.500 a 2.000 cursos que atingem uma população aproximada de 50 mil estudantes graduados. As análises que se seguem são baseadas nos dados relativos aos 1427 cursos cadastrados pela CAPES. Não há motivos para acreditar que os resultados obtidos relativos aos aspectos considerados - a rigor válidos só para esse conjunto de cursos - não reflitam bem de perto a realidade da pós-graduação *lato sensu* como um todo. Não causa surpresa constatar que a maioria dos cursos de especialização concentra-se nos estados mais desenvolvidos: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com efeito, a distribuição dos cursos entre as várias regiões do país, não difere muito da que se observa para os cursos de mestrado e doutorado. Na Região Sudeste situam-se 58% dos cursos de especialização e 69% dos cursos de mestrado e doutorado; na Região Sul, 26% dos primeiros e 14% dos segundos; na Região Nordeste, 12% e 11%; no Centro-Oeste 3% e 4% e no Norte 1% e 2%.

As semelhanças com a *stricto sensu* desaparecem ao analisarmos a distribuição dos cursos por área de conhecimento. O apelo dos cursos de especialização não é o mesmo para todas as áreas. Observa-se, em termos de grandes áreas, que enquanto há uma considerável procura e oferta pela especialização em Profissões da Saúde, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, há um interesse visivelmente reduzido em outras, como nas Ciências Biológicas e nas Agrárias.

A Tabela 1 mostra o número de cursos em 1992, por grande área de conhecimento, a nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado. É possível notar que em relação aos demais níveis, as Ciências

---

<sup>1</sup> Merece ser assinalada a única iniciativa sistemática já existente nessa área que é o trabalho desenvolvido pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que publica, semestralmente, o "Catálogo Geral dos Cursos de Pós-Graduação no País (Lato e Stricto Sensu)".



Humanas e as Sociais Aplicadas investem razoavelmente na pós-graduação *lato sensu*. As Ciências Biológicas, Tecnológicas e Agrárias interessam-se mais diretamente pelo mestrado e doutorado. A área de Saúde é muito bem representada na pós-graduação, tanto a nível de *lato* como de *stricto sensu*. Letras, Linguística e Artes mantêm a mesma proporção de cursos nos vários níveis.

Vale alertar, entretanto, que a situação não é homogênea dentro de cada grande área. Cerca da metade dos cursos nas Ciências Exatas e da Terra pertencem à Ciência da Computação, e 24% à Matemática. Nas Engenharias, prevalecem os cursos de Engenharia de Produção (32%), sendo que as tradicionais Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica apresentam percentagens similares, próximas de 17%. Nas Ciências da Saúde, a maioria dos cursos

ÁREAS	GRADUAÇÃO		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO	
	N	%	N	%	N	%	N	%
EXATAS	764	15	76	5	173	16	70	14
BIOLÓGICAS	106	2	44	3	94	9	48	10
ENGENHARIAS	201	4	72	5	146	13	54	11
SAÚDE	591	12	302	21	249	23	155	32
AGRÁRIAS	171	3	23	2	126	11	46	10
SOCIAIS APLICADAS	1422	28	318	22	95	9	27	6
HUMANAS	1246	25	492	35	157	14	53	11
LETRAS E LINGUÍSTICA	387	8	74	5	49	4	30	6
ARTES E MÚSICA	178	3	26	2	9	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>5066</b>	<b>100</b>	<b>1427</b>	<b>100</b>	<b>1098</b>	<b>100</b>	<b>484</b>	<b>100</b>

Tabela 1 - Número de Cursos de Especialização por Nível de Ensino - Brasil - 1992;

se distribuem entre as várias especialidades da Medicina (32%) e da Odontologia (29%). Administração é responsável por 65% dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, seguida de Direito (18%). Nas Ciências Humanas, Educação domina absoluta (76%) - cerca de um quarto do total de cursos cadastrados -, vindo em segundo lugar a Psicologia (11%). Somente nas Ciências Biológicas não há predominância de áreas específicas; observa-se um destaque apenas discreto da Ecologia (23%).

#### 4. NATUREZA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

É lugar comum afirmar que a pós-graduação *lato sensu* encontrou terreno mais fértil para sua expansão em instituições do setor privado, preferencialmente nas instituições isoladas, enquanto os cursos de mestrado e doutorado teriam sido privilegiados pelas instituições públicas, sobretudo universidades. Esta situação teria óbvios reflexos na qualidade dos cursos oferecidos. A segunda parte da afirmação acima é confirmada pelos dados da CAPES que mostram que, efetivamente, 90% dos mestrados e doutorados existentes se encontram em universidades e 75% no setor público. É equivocado, entretanto, acreditar que essas proporções se invertam simetricamente na pós-graduação *lato sensu*. A Tabela 2 mostra que a maioria dos cursos cadastra-

dos em nosso levantamento (63%) também é oferecida por universidades, enquanto 26% são vinculados a Estabelecimentos Isolados e 11% à Faculdades Integradas ou Federações de Escolas.

Visto de outra perspectiva, das cerca de 700 instituições de ensino superior isoladas - privadas ou públicas - existentes no país, apenas 21% oferecem cursos de especialização, enquanto a grande maioria das 106 universidades, cerca de 83%, estão atuando nesse nível de ensino. Florecendo a pós-graduação *lato sensu* mais em universidades do que em instituições isoladas, espera-se que, no global, o padrão de qualidade apresentado seja equivalente, de acordo com o respectivo nível de ensino, ao dos demais cursos oferecidos pelas instituições universitárias .

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
NATUR. DA IES	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
UNIVERSIDADE	332	230	25	309	896 (63%)
FAC. INTEG./FED.	0	0	32	127	159 (11%)
EST. ISOLADOS	26	38	17	291	372 (26%)
<b>TOTAL</b>	<b>358</b>	<b>268</b>	<b>74</b>	<b>727</b>	<b>1427</b>
	<b>(25%)</b>	<b>(19%)</b>	<b>(5%)</b>	<b>(51%)</b>	<b>(100%)</b>

Tabela 2 - Distribuição dos cursos de especialização por natureza da instituição e dependência administrativa - Brasil - 1992

Observando, na Tabela 2, os cursos de especialização por dependência administrativa, constata-se que também não é verdade que a pós-graduação *lato sensu* desenvolveu-se preponderantemente no setor privado. Os dados mostram que esses cursos estão distribuídos igualmente entre instituições privadas (51%) e públicas (49%). Não restam dúvidas, entretanto, que o setor educacional privado é bem mais atuante no nível da especialização comparativamente com sua presença na pós-graduação *stricto sensu* onde é responsável por apenas 25% dos cursos. Considerando as quatro categorias de instituição superior: universidade pública, universidade privada, escola isolada (incluindo integrada /fede- rada) pública e escola isolada privada, nota-se que a maior concentração dos cursos *lato sensu* encontra-se na universidade pública (41%), seguida da escola isolada privada (29%), da universidade privada (22%) e da escola isolada pública (8%).

## 5. MODALIDADES DOS CURSOS

A já comentada escassa legislação e a falta de controle sobre a pós-graduação *lato sensu* faz temer que esse nível de ensino se torne campo ideal de atuação para inescrupulosos empresários da educação que visam a negócios rentáveis. Tais temores não são infundados pois de vez em quando são denunciadas, pela grande imprensa, situações no mínimo embaraçosas, como a de alegres caravanas de acadêmicos de fim de semana que excursionam em centros de pós-graduação temporariamente instalados em pousadas e hotéis, com a certeza - garantida pelo contrato - de obter o Certificado de Especialista em prazos convenientes. O alardeio feito em torno de abusos similares levam o leitor menos informado a acreditar que esses casos constituem a norma e não a exceção.

Os dados relativos ao nosso levantamento indicam que as modalidades de oferta dos cursos de especialização obedecem, em geral, a formatos que respeitam os limites do bom senso e da seriedade acadêmica. A modalidade de cursos apontada com mais frequência (30%) é a dos cursos em módulos oferecidos durante os

períodos de férias letivas de janeiro e de julho. A segunda modalidade é de cursos distribuídos ao longo de dois ou três semestres em períodos normais de aula (21%). É freqüente também a oferta de cursos intensivos, com aulas todos os dias ou três vezes por semana além do sábado (20%). Há, finalmente, a categoria de cursos de *fim de semana* (19%), oferecidos aos sábados (manhãs e tardes) ou - os mais intensivos - abrangendo sexta-feira, sábado e às vezes o domingo. Não informaram sobre a modalidade de oferta 10% dos cursos cadastrados.

É óbvio que cursos pensados principalmente para profissionais que já atuam no mercado de trabalho ou que nele procuram inserir-se, devem buscar horários e períodos que atendam às exigências dessa clientela e viabilizem sua participação. Dessa forma, não sobram praticamente alternativas ao período noturno durante a semana, aos fins de semana, e ao período de férias - sobretudo quando se trata de cursos para formação de professores. Essas limitações não podem, evidentemente, ser entendidas como meros estratagemas para maximizar lucros, nem significam, necessariamente, baixo nível de qualidade acadêmica. São, antes, condição indispensável para possibilitar o acesso de profissionais a esses cursos. É, aliás, com esse objetivo, isto é, para facilitar o acesso à universidade de estudantes que trabalham, que o Ministério da Educação e do Desporto vem ampliando as vagas e cursos em nível de 3º grau no período noturno. Hoje, tais cursos são oferecidos em quase todas as Instituições Federais de Ensino Superior, com exceção de algumas escolas especializadas da área médica e tecnológica (MEC, 1994, p.9).

A seleção para os cursos de especialização não parece, em geral, ser das mais rigorosas e certamente não equivalem ao rigor exigido no vestibular e na seleção para o mestrado. Além da conclusão da graduação - exigência universal - há cursos que exigem experiência profissional (54%). Dada, porém, a heterogeneidade em termos de qualidade, tanto das possíveis experiências profissionais como da formação acadêmica recebida, essas exigências - sem maior qualificação - não asseguram que a clientela selecionada garanta um padrão razoável de qualidade para o curso. Há cursos que vão mais além nas exigências e utilizam uma *prova de conhecimentos* (30%). Finalmente, um bom número de cursos exige uma entrevista (60%). Não é possível, entretanto, ir além de conjecturas quanto ao grau de eficácia desses mecanismos de seleção.

As exigências para conclusão do curso são basicamente a freqüência às aulas e a avaliação do desempenho por disciplina. De acordo com a Resolução do CFE Nº 12/83 para conceder o certificado de especialização é exigido do aluno pelo menos 85% de presenças e nota de desempenho não inferior a 7,0. A maioria dos cursos (62%) exigem também a elaboração de uma monografia final, e uns poucos (12%), a realização de estágio.

## **6. PERSPECTIVAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

Não é tarefa simples falar sobre a trajetória da pós-graduação *lato sensu*, quando nem mesmo se têm noção certa da curva de sua evolução em termos de número de cursos, nas últimas décadas. As tentativas feitas nesse sentido - por exemplo, MEC (1985), Seidel (1994) - esbarram inevitavelmente na insuficiência de dados. As informações disponíveis são limitadas e não permitem que se chegue a conclusões válidas e consistentes. Os dados extraídos dos registros da CAPES referem-se exclusivamente a cursos que recorreram à agência e obtiveram apoio financeiro e/ou bolsas de estudo; e os catálogos da ACAFE - já mencionados anteriormente - cobrem uma parte limitada da população de cursos de especialização existentes, sem que se constituam em amostras representativas. Em suma, necessitaríamos de dados censitários e de séries históricas para acompanhar o crescimento do sistema *lato sensu* e inferir possíveis tendências.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Está em andamento na CAPES novo cadastramento dos cursos de especialização oferecidos em 1993 e 1994.

A situação é ainda mais complicada pelo fato de os cursos de especialização não terem caráter permanente, como é o caso dos mestrados e doutorados. Muitos são oferecidos de forma esporádica, de acordo com a existência da demanda ou atendendo a necessidades específicas. Assim, não é possível dizer se os cursos cadastrados em 1992 continuam sendo oferecidos hoje. Podemos apenas fazer algumas especulações olhando para o seu passado. Foi observado que cerca da metade desses cursos foram oferecidos pela primeira vez há pelo menos cinco anos atrás, e que apenas cerca de 20% existem há mais de dez anos. Observou-se, também, que é maior a proporção de cursos criados nos anos mais recentes. Assim, dos cursos cadastrados em 1992, 8% foram oferecidos pela primeira vez em 1990, 13% em 1991 e 23% em 1992.

Esses dados podem estar relacionados, por um lado, ao caráter temporário dos cursos mas, por outro lado, parecem sugerir uma tendência à expansão da pós-graduação *lato sensu*. Esta segunda interpretação encontra apoio na constatação de um aumento de solicitações de auxílio financeiro e bolsas para cursos de especialização junto à CAPES, nos últimos dois anos, por parte das instituições de ensino superior. Vale ainda registrar que cerca de 40 instituições que declararam não oferecer cursos *lato sensu* em 1992, manifestaram a intenção de oferecer tais cursos no ano seguinte, e cerca de outra centena de instituições afirmou que pretendia implantar cursos de especialização num futuro próximo.

Deixando de lado a questão quantitativa, para onde vai a pós-graduação *lato sensu*?

Não se observa determinação e continuidade na perseguição de uma política para esse nível de ensino. Assim ele continua, inercialmente, seguindo sua trajetória, sem maior relacionamento com o resto do ensino superior - graduação de um lado, mestrado e doutorado do outro. Com efeito, das cerca de 900 IES cadastradas no MEC, apenas uma centena trabalha com cursos de mestrado ou doutorado e cerca de 300 com cursos de especialização. Esses dados por si só mostram que, olhando o conjunto, a desejada aproximação entre os níveis de ensino para que haja uma fecundação mútua, está longe de se realizar. Constata-se também que é tênue o vínculo entre a pós-graduação *lato sensu* e os cursos de mestrado e doutorado. Parece haver um entendimento tácito - que norteia a prática de muitos dirigentes de instituições de ensino superior - de que o papel dos cursos *lato sensu* seria de abrir um caminho para a pós-graduação *stricto sensu*. Os cursos de especialização substituiriam os cursos de mestrado onde esses não existem, e preparariam o terreno para sua implantação. Exerceriam, em suma, uma função vicária, e se constituiriam numa etapa importante na estratégia de implantar a pós-graduação **plena**, quando, então, se reduziria consideravelmente a importância e o prestígio da pós-graduação *lato sensu* dentro da instituição.

Nossos dados mostram que, de fato, são poucas as instituições que já tendo mestrado ou doutorado numa determinada área, oferecem também cursos de especialização. Cerca de 15% dos cursos cadastrados responderam que a instituição oferece também cursos de pós-graduação *stricto sensu* na mesma área.

Concluindo, nesta última década nada de realmente novo ocorreu em termos de políticas em nível nacional, que visasse ao desenvolvimento da pós-graduação *lato sensu* ou a seu redirecionamento. Houve um tímido início de debates, chegou-se a uma formulação de propostas preliminares de reestruturação da pós-graduação *lato sensu* no âmbito do CTC da CAPES sem chegar, todavia, à efetivação de medidas concretas seja no âmbito da revisão ou regulamentação da legislação pertinente, seja através da criação de programas de apoio técnico e financeiro por parte das agências de fomento ou através da implantação de uma sistemática de acompanhamento e avaliação que se constituíssem em real incentivo para os cursos de especialização.

O desafio da CAPES, agora, é contribuir com mais vigor para que um novo capítulo na história da pós-graduação *lato sensu* seja escrito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAFE. **Catálogo Geral dos Cursos de Pós-Graduação no País (Lato e Stricto Sensu)**. Florianópolis, 1992.

MEC. **Jornal do MEC**. Brasília, Ano I, Nº 3, Junho 1994.

MEC/CAPES. **Catálogo Pós-graduação lato sensu em Instituições de Ensino Superior - 1992**. Brasília, CAPES, 1994.

MEC/SG/SEPLAN. **Retrato Brasil. Educação, Cultura, Desporto**. Vol. 2. MEC, Brasília, 1985

SEIDEL T.T. **Análise da Pós-Graduação Lato Sensu: Institucionalização, Políticas e Estratégias**. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados - UnB, Brasília, 1994 (Dissertação de Mestrado).

## DOCUMENTO

### O PERFIL DOS CURSOS A

Critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado

O presente documento é produto de um ciclo de debates, promovido e coordenado pela CAPES, sobre os atributos considerados necessários para um curso A, feito a partir de um levantamento realizado pelo Prof. Carlos Benedito Martins junto a ex-coordenadores de área da CAPES.

Participaram desse debate, em fases distintas, consultores das várias áreas do conhecimento, os Coordenadores de Área que compõem o Conselho Técnico Científico -CTC, técnicos das Diretorias de Avaliação e de Programas e a Presidência da CAPES.

Após discussão por cada área do conhecimento que integra uma grande área, e destas grandes áreas separadamente, foram estabelecidos critérios e recomendações que resultaram no documento intitulado **O PERFIL DO CURSO A**, aprovado pelos representantes de todas as áreas e grandes áreas do conhecimento. Os documentos que serviram de base para estabelecer o perfil do curso A, por grande área, são publicados a seguir.

Na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, os avaliadores deverão analisar, em profundidade, os tópicos abaixo listados e orientar-se pelas recomendações contidas neste documento.

#### **1- Corpo Docente:**

O corpo docente dos cursos de Pós-Graduação deve ser constituído, em sua totalidade, por professores/pesquisadores doutores, porém exceções bem justificadas (por exemplo, especialistas de notório saber em determinado assunto), podem, eventualmente, ser aceitas. O curso deve possuir um corpo docente estável e permanente, e deve ser valorizada a presença e a participação de visitantes estrangeiros e nacionais, cuja atividade seja coerente com os programas e objetivos do curso. A presença de professores visitantes não deve ser utilizada para sanar deficiências do corpo docente permanente.

O corpo docente permanente, além de possuir a titulação de doutor, deve estar comprometido com o curso, o que implica uma dedicação profissional sistemática ao desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades acadêmicas. Desta forma, para assegurar este princípio, o corpo docente permanente deve estar contratado em regime de Tempo Integral ou em regime de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva. Um curso A deve contar com, no mínimo, 90% de docentes nesse regime de trabalho.

Os docentes do curso devem realizar atividades de ensino na graduação (quando existir) e pós-graduação, pesquisa e orientação. A participação de alguns docentes em tarefas de natureza administrativa (coordenação de cursos e chefia de departamento) ou representativa (participação em conselhos acadêmicos) deve ser considerada como um fator positivo. Deve ser tomado, também, como um fator positivo, a participação dos docentes em programas de reciclagem acadêmica, de modo especial nos programas de pós-doutoramento.

#### **2- Atividades de Ensino e de Pesquisa:**

Os cursos devem assegurar a oferta das disciplinas e atividades previstas. A estrutura curricular deve apresentar uma perspectiva pedagógica clara e bem fundamentada, compatível com a disponibilidade docente e com as características institucionais dos cursos. Os cursos **A** deverão proporcionar uma sólida formação teórica dos fundamentos da própria área do conhecimento aos seus estudantes. Em determinadas áreas e especialidades, deve-se também assegurar a oferta de disciplinas práticas. Os programas das disciplinas devem refletir as especializações do curso e apresentar também uma bibliografia adequada e atualizada. Um curso **A** deve manter uma adequada articulação entre as atividades de ensino e de pesquisa, devendo-se respeitar a diversidade e a flexibilidade institucional na maneira de integrar estas atividades. As linhas de pesquisa devem ser coerentes com os objetivos do curso e deve haver uma adequada articulação entre a produção docente e discente com os temas tratados nas linhas de pesquisa. Deve ser valorizado o intercâmbio com outros centros de excelência do país e do exterior.

### **3- Atividades de Orientação:**

Os cursos **A** devem ter uma adequada relação orientando/orientador, de modo a garantir um acompanhamento sistemático do trabalho final dos estudantes. Os professores orientadores devem ser doutores ou possuir qualificação equivalente e revelar experiência e autonomia científica. O trabalho de orientação deve ser distribuído prioritariamente entre os docentes permanentes. Os orientadores dos cursos de doutorado devem ter obtido a titulação de Doutor há pelo menos quatro anos e possuir significativa experiência de orientação de teses e/ou dissertação. Deve-se manter, ainda, uma equilibrada relação aluno/corpo docente permanente e levar em consideração orientação de trabalhos de graduação, pós-graduação e pesquisa.

### **4- Produção Acadêmica Docente:**

Deve-se valorizar a qualidade e a efetiva contribuição que a produção científica possa representar para cada área mais do que a quantidade de artigos e de livros produzidos. A produção de um curso **A** deve ser estável e bem distribuída entre os seus docentes; deve ser de reconhecida qualidade, de nível internacional, e veiculada em meios de divulgação com arbitragem de pares. Constitui mérito a produção acadêmica que recebe premiações relevantes na área e aquela vinculada a projetos apoiados por agências nacionais e internacionais de prestígio acadêmico ou por empresas.

### **5- Participação na Graduação:**

São valorizadas as atividades de integração do curso de pós-graduação com a graduação. Os docentes devem participar em atividades de planejamento acadêmico, ensino, formação, treinamento ou iniciação em pesquisa na graduação. A atividade didática dos discentes, em treinamento, deve ser incentivada.

### **6- Produção e Titulação do Corpo Discente:**

Os resultados de parte significativa das dissertações de mestrado e das teses de doutorado de um curso **A** devem, ainda, resultar em publicações especializadas, nacionais e internacionais, de reconhecida qualidade e as teses de doutorado devem ser apresentadas em eventos científicos nacionais e/ou internacionais relevantes. Os cursos **A** devem titular os seus estudantes em prazos ágeis; o tempo médio de titulação dos alunos bolsistas, guardadas as especificidades de cada área, deve ser aproximadamente de trinta meses para o mestrado e quarenta e oito meses para o doutorado. Devem ser valorizados positivamente os cursos que

apresentem elevados índices de titulação de alunos naquele tempo, em especial de alunos de mestrado. Deve-se, também, considerar a trajetória dos egressos, sua integração ao mercado de trabalho de forma compatível com sua titulação.

## **7- Infra-estrutura:**

Os cursos **A** devem possuir instalações físicas adequadamente equipadas (salas de aula, laboratórios, etc), acesso a bibliotecas com acervo atualizado e compatível com os programas desenvolvidos, apoio técnico e de recursos de informática. Esta infra-estrutura deve ser de fácil acesso para professores e alunos.

### **O perfil dos cursos A: síntese dos principais destaques dados por grande área do conhecimento**

#### **CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

1. O curso **A** deve originar dissertações e teses de boa qualidade.
2. Os membros das bancas examinadoras devem ser bem qualificados.
3. Deve ter publicações em revistas indexadas.
4. Sua auto-avaliação deve ser feita pelos alunos e os egressos.
5. O corpo docente deve ter participação em eventos no país e no exterior.
6. Deve haver boa relação entre o número de bolsas recebidas pelo curso (CAPES, CNPq, etc.) e o número de teses defendidas no período.
7. O corpo docente permanente, e os participantes ou visitantes, que sejam orientadores no curso, devem ter boa produção científica.

#### **CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

1. O curso **A** deve reunir massa crítica de pesquisadores de qualidade internacional em suas respectivas áreas de atuação, caracterizados por publicarem regularmente em revistas de circulação internacional e de impacto, publicado no *Journal Citation Reports*, pelo ISI.
2. As publicações produzidas pelos pesquisadores/orientadores em exercício na sede do curso - departamento, instituto ou centro de pesquisa - devem ser de boa qualidade, definidas pelo índice de impacto.
3. Deve haver um mínimo de 2 publicações por ano, em média, em revistas indexadas, produzidas pelos pesquisadores/orientadores em exercício na sede do curso.
4. Boa parte das teses desenvolvidas e defendidas na sede do curso devem gerar publicações indexadas, listadas em indexadores internacionais (ex.: Current Contents).
5. Deve haver um mínimo de 60% do total de orientadores/pesquisadores, de preferência em tempo integral, lotados na sede do curso .
6. Grande parte dos egressos devam exercer atividades acadêmicas como docentes e/ou pesquisadores ativos em suas áreas de atuação.

#### **ENGENHARIAS**

1. O curso **A** deve adequar suas disciplinas às áreas e linhas de pesquisa, fornecendo boa formação teórica. Em determinadas especialidades é importante o oferecimento também de disciplinas práticas (como por exemplo, instrumentação).
2. A totalidade do corpo docente deve ser constituída por doutores, embora exceções bem justificadas possam, eventualmente, ser toleradas.



3. Dever haver alta porcentagem do corpo docente em tempo integral (acima de 85%). Há especialidades, entretanto, onde profissionais em tempo parcial podem até mesmo ser recomendados, já que esses profissionais podem trazer para o curso problemas reais do país, que merecem ser investigados.
4. Deve possuir pequena porcentagem de professores nacionais visitantes, de modo a não criar dependência (o recomendável é que não exceda a 10%).
5. É importante a contribuição de professores estrangeiros, porém sem que o curso seja dependente dos mesmos.
6. Deve haver um número máximo de 8 orientandos por orientador. As exceções devem ser justificadas.
7. A produção científica deve ser publicada em revistas de circulação internacional ou congressos de nível internacional. A produção discente de teses de doutorado deve originar artigos (um ou mais) publicados em revistas ou congressos de nível internacional. A produção científica deve, ainda, ser publicada em revistas ou congressos nacionais de modo a permitir transferência de conhecimento em nosso meio.
8. A produção de livros, entendida como tarefa enobrecedora, deve ser estimulada mas não necessariamente se constitui em critério de qualidade.
9. O tempo médio, para os estudantes com bolsas, não deverá ser superior a 36 meses para o mestrado e 54 para o doutorado.
10. Deve contar com bom serviço de biblioteca, facilidades para os alunos e boas instalações laboratoriais para os cursos que têm como base a experimentação.

## **CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**

1. O curso **A** deve ter sua produção científica publicada em revistas de circulação internacional ou congressos de nível internacional.
2. A produção discente de teses de doutorado deve dar origem a artigos (um ou mais) publicados em revistas ou congressos de nível internacional.
3. Deve haver intercâmbio científico, com participação docente e discente em seminários, congressos, *workshops*, projetos de pesquisa, dando uma forte dinâmica acadêmico/científica.
4. Deve ser atuante na graduação, via programas de iniciação científica, estimulando os jovens com potencial a participarem de programas de pós-graduação.
5. A formação de bolsista de pós-graduação deve estar dentro do prazo de vigência da bolsa.
6. Biblioteca, laboratórios e infra-estrutura em geral devem ser compatíveis com a dimensão do corpo docente, do corpo discente e das áreas de concentração.
7. Deve haver regularidade no oferecimento de disciplinas de mestrado e de doutorado.
8. O corpo docente deve contar com 100% de doutores.
9. Os orientadores de tese de doutorado devem ter regularidade na sua produção científica.
10. Os docentes do curso devem ter regime de tempo integral.
11. Cada especialização do curso deve ter docentes qualificados e as publicações não devem se concentrar em um grupo reduzido ou em uma especialidade do programa

## **CIÊNCIAS HUMANAS**

1. O corpo docente de um curso **A** deve ser constituído, prevalentemente, de docentes permanentes, que sejam doutores em DE ou TI (de 95% a 100%). A presença de visitantes estrangeiros, especialmente no quadro de acordos e convênios internacionais, deve ser valorizada positivamente. Todos os docentes permanentes devem realizar atividades de ensino (graduação e pós-graduação)/ pesquisa/orientação. A participação de alguns em tarefas administrativas não será fator negativo. Deve ser igualmente considerada a participação do corpo docente nas associações científicas (cargos em diretorias e comissões). A participação dos docentes (cerca de 10 a 15% dos permanentes) em programas de reciclagem, especialmente nos programas de pós-doutoramento, deve ser valorizada positivamente.

2. A estrutura curricular deve ter perspectiva pedagógica clara e bem fundamentada. Os programas de disciplinas devem possuir bibliografia adequada e atualizada.
3. As linhas, núcleos ou eixos de pesquisa devem ser bem definidos, visíveis e atuantes. Deve haver coerência entre as linhas de pesquisa, estrutura curricular, produção docente e discente. Deve ser valorizada a existência de temas de "ponta" e novos modos de análise.
4. Todos os orientadores devem ser doutores (os de doutorado devem tê-lo há pelo menos 4 anos e ter orientado, no mínimo, um mestre). A distribuição dos orientandos entre os docentes deve variar em função das atividades de ensino na graduação e pós - graduação e de atividades de orientação de bolsas de IC e AP e programa PET.
5. Deve ser considerada a qualidade das dissertações/teses cadastradas (publicação integral, publicação em artigos, conquista de prêmios relevantes na área). O tempo médio de titulação deve ser de 30 meses para mestrado e de 50 meses para doutorado, guardadas as especificidades de cada área. O índice de titulados e o índice de desperdício ou aproveitamento de bolsistas devem indicar a produtividade dos alunos que receberam bolsas.
6. A produção científica docente deve ser constante e bem distribuída, com um ou mais trabalhos publicados por docente/ano em congressos nacionais e/ou internacionais, em revistas de reconhecida qualidade (nacionais e estrangeiras), em livros e capítulos de livros. O corpo discente deve ter publicações e participação em congressos. O curso deve, ainda, ter recebido prêmios relevantes na área por publicação docente e discente e por produção técnica e/ou artística que dê visibilidade ao programa.
7. Deve haver na biblioteca disponibilidade de obras clássicas na área e acesso a obras importantes de áreas correlatas, bem como coleção de periódicos essenciais, completa e atualizada. A biblioteca deve, ainda, estar ligada em rede e permitir acesso aos sistemas de referência informatizados.

## **LETRAS**

1. O corpo docente permanente de um curso **A**, deve possuir a titulação de doutor e estar comprometido com o curso (no mínimo 90% em DE ou TI). Deve ser valorizada a presença e a participação de visitantes estrangeiros e nacionais, cuja atividade seja coerente com os programas e objetivos do curso - quando não utilizada para sanar deficiências do corpo docente permanente. Os docentes do curso devem realizar atividade de ensino na graduação e na pós-graduação, de pesquisa e de orientação. A participação de alguns docentes em tarefas de natureza administrativa ou representativa, tanto em órgãos acadêmicos quanto em sociedades científicas, assim como as atividades de assessoria e de consultoria, deve ser considerada como fator positivo.
2. O curso deve proporcionar sólida formação teórica dos fundamentos da própria área do conhecimento. Os programas das disciplinas devem refletir as especializações do curso e apresentar bibliografia adequada e atualizada. As linhas de pesquisa devem ser coerentes com os objetivos do curso e deve haver uma adequada articulação da produção docente e discente com as linhas de pesquisa e os projetos a elas vinculados. Deve ser valorizado o intercâmbio com outros centros de excelência do país e do exterior.
3. Deve haver integração entre pós-graduação e graduação, sob a forma de propostas acadêmicas globais que integrem os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão da pós-graduação e da graduação. Os docentes devem participar regularmente de atividades de planejamento acadêmico, de ensino ou de iniciação em pesquisa na graduação.
4. Deve haver uma adequada relação orientando/orientador. Os professores orientadores devem ser doutores ou ter qualificação equivalente e revelar experiência e autonomia científica. O trabalho de orientação deve ser distribuído prioritariamente e de forma proporcional entre os docentes permanentes, levando-se em conta as linhas de pesquisa em que atuam.
5. Deve-se valorizar a qualidade mais do que a quantidade de artigos e de livros produzidos. A produção deve ser estável, bem distribuída entre os docentes, e adequadamente divulgada (livros, capítulos de livros,

teses, manuais, artigos em periódicos com arbitragem de pares, anais de reuniões científicas, comunicações e conferências em congressos e eventos similares). Constitui mérito que a produção acadêmica decorra dos projetos de pesquisa do curso.

6. As dissertações e as teses devem estar relacionadas às linhas e projetos de pesquisa do curso e resultar em publicações de reconhecida qualidade ou em comunicações em eventos científicos relevantes. O tempo médio de titulação dos alunos bolsistas, guardadas as especificidades de cada área, deve ser aproximadamente o mesmo da duração das bolsas. Devem ser valorizados os cursos que apresentem elevados índices de titulação de bolsistas. Constitui fator positivo a participação dos alunos em reuniões científicas, principalmente com a apresentação de trabalhos e sua publicação em anais, bem como publicações em periódicos ou livros.
7. Devem ser valorizadas as instalações físicas dos cursos, assim como o acervo e os indicadores de utilização da biblioteca de apoio. Os pesquisadores e os alunos devem ter fácil acesso a acervos de bibliotecas e centros de documentação relativos à área através da ligação em rede, tornando disponíveis obras clássicas, coleção de periódicos fundamentais na área e obras importantes nas áreas afins.

## **MÚSICA E ARTES**

1. Deve-se valorizar num curso **A** a qualidade mais que a quantidade de trabalhos científicos, técnicos e artísticos produzidos pelo curso, e a efetiva contribuição que essa produção possa representar para cada área. A produção deve ser constante e bem distribuída entre seus docentes. Estes devem apresentar a princípio, um ou mais trabalhos por ano em eventos nacionais e/ou internacionais de reconhecida importância na área de conhecimento. A produção docente deve ser apoiada por agências nacionais e internacionais de prestígio acadêmico.
2. As instalações físicas e os equipamentos devem ser adequados ao desenvolvimento das atividades específicas do curso. O acervo da biblioteca e de documentação deve oferecer efetivo apoio ao curso, apresentando disponibilidade de obras clássicas, acesso a obras importantes nas áreas afins, coleções de periódicos e de outros registros e acervos fundamentais na área.

## **CIÊNCIAS DA SAÚDE**

1. Um curso **A** deve possuir massa crítica de 75% professores permanentes e 25% visitantes/participantes e pesquisadores de qualidade internacional.
2. Deve ter linhas e projetos de pesquisa bem definidos e produtivos.
3. Deve possuir qualidade, número e regularidade das publicações produzidas, especialmente pelos professores permanentes, em revista de primeira linha, preferencialmente indexadas, a critério da arbitragem pelos pares (*peer review*).
4. Um alto percentual de teses defendidas devem gerar publicações de qualidade em revistas de relevo.
5. Os egressos do curso devem exercer, preferencialmente, atividades na área acadêmico/científica.
6. O corpo docente permanente deve ministrar a maioria significativa das disciplinas da área de concentração e das teses.
7. Deve ser considerada a capacidade de ensino e orientação do corpo docente permanente envolvido e não apenas o tipo de regime de trabalho.
8. A titulação mínima para ministrar disciplinas e orientar alunos deve ser de doutor, admitindo-se, excepcionalmente, a participação de *experts* em determinado assunto.
9. O curso deve manter intercâmbio com outros centros do país e do exterior para o aprimoramento constante.
10. O tempo médio para obtenção do título de mestre deve ser menor do que 30 meses e para o título de doutor, menor do que 36 meses.

11. A produção discente deve incluir publicações de trabalhos científicos, apresentação em eventos científicos de bom nível e orientação - por doutorandos - de alunos de graduação em iniciação científica, aulas em níveis de graduação e pós-graduação.
12. Deve-se diferenciar a atuação dos professores permanentes, participantes e visitantes.
13. A relação docente/discente deve ser flexível permitindo, porém, a produção de trabalho de alto nível e fluxo constante e rápido dos alunos.
14. O curso deve possuir pós-graduados com capacitação profissional excelente nas respectivas áreas como atividade de extensão.

## **CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS**

1. Os docentes permanentes de um curso **A** devem ser 100% doutores em curso de doutorado e pelo menos 90% doutores em cursos de mestrado. Não é necessário, entretanto, que todos tenham tempo integral ou dedicação exclusiva.
2. A grande maioria dos docentes permanentes (90%) deve participar das atividades de ensino, de pesquisa e orientação. Até 20% podem estar envolvidos em atividades administrativas.
3. Não deve haver mais de 80% de docentes com doutorado obtido no próprio curso.
4. É recomendável a proporção de quatro a seis alunos por docente permanente.
5. É positiva a participação de 10% a 20% dos docentes permanentes em programas de treinamento.
6. A qualificação e dedicação dos orientadores depende do tipo de curso, considerando-se que pelo menos 95% dos orientadores nos cursos de mestrado devem ser doutores.
7. Recomenda-se de dois a cinco orientados por orientador - em dedicação exclusiva ou integral - incluindo estudantes de mestrado e doutorado.
8. O tempo médio de titulação é de 30 meses para o mestrado e de 50 meses para o doutorado. O índice de titulados em relação ao número dos que ingressam em cada nova turma deve ser em torno de 60%.
9. A produção científica docente deve ser de duas publicações em trabalhos *per capita* por ano e a produção técnica - quando se aplica - deve ser de dois trabalhos por ano.
10. Deve ser valorizada a pesquisa institucionalizada: convênios e projetos que envolvam o programa como um todo, não apenas os projetos de pesquisa individuais apoiados pelo programa.

# **POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**

*Documento apreciado e aprovado pelo Grupo Técnico  
Consultivo (GTC) na reunião ocorrida em 13/09/94 na  
CAPES*

No início dos anos 70 encerrava-se um ciclo de rápida expansão do sistema de pós-graduação quando foram registradas taxas anuais de crescimento do número de cursos de mestrados e doutorados da ordem de até 100%. Durante os últimos 20 anos, o crescimento acumulado do número de cursos foi de pouco mais de 150%, o que significa uma taxa média anual de expansão do sistema em torno de 8%.

Em 1993, a taxa observada foi de 6%. Embora este crescimento possa ser considerado um crescimento vegetativo, não é em absoluto irrelevante pois significa que 75 cursos novos foram recomendados pelo GTC e, mantendo este ritmo, teremos no fim da década, mais 500 cursos novos de mestrado e doutorado.

É claro que se torna necessário traçar uma política de expansão da pós-graduação de forma que os novos cursos não venham a acentuar distorções já registradas no sistema, mas sim a corrigi-las, para que as necessidades identificadas nas diferentes áreas de conhecimento e regiões geográficas sejam atendidas.

## **Algumas considerações básicas**

1. O desenvolvimento quantitativo e qualitativo da pós-graduação, com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é fundamental para o desenvolvimento científico-tecnológico do país e para a formação de recursos humanos altamente qualificados, tanto para o setor acadêmico, como para os setores governamental e empresarial.
2. Registra-se no sistema de ensino superior, tanto particular como público, um *deficit* de mestres e doutores entre seus docentes e pesquisadores. De uma forma geral, a proporção de pós-graduados em relação ao número de habitantes é de cinco a dez vezes menor do que a proporção observada em países desenvolvidos. É necessário, portanto, aumentar a produtividade dos cursos ou criar cursos novos em proporção superior a do crescimento vegetativo.
3. A oferta espontânea de cursos novos nem sempre corresponde às necessidades prioritárias do país, da região onde se situa o curso ou da própria área de conhecimento. Para avaliar corretamente a conveniência e relevância de apoiar a implantação de novos cursos deve-se seguir as diretrizes gerais do governo para educação, ciência e tecnologia; deve-se observar a situação de cada área de conhecimento e suas perspectivas de desenvolvimento, bem como as necessidades regionais de formação de recursos humanos.
4. Uma política de criação de cursos novos pressupõe uma disponibilidade orçamentária e financeira correspondente já que o apoio aos cursos em funcionamento - de qualidade satisfatória - deve ser mantido

e/ou mesmo aumentado. Em outras palavras, não devem ser alocadas bolsas aos novos cursos em detrimento dos cursos já existentes.

5. Condição *sine qua non* do apoio a novos cursos deve ser a garantia de qualidade acadêmica, estabelecida a partir da análise feita por consultores da área de conhecimento do curso proposto.

## **O papel atual da CAPES na política de criação de novos cursos**

A política da CAPES para criação de novos cursos de pós-graduação efetiva-se através da atuação do Grupo Técnico Consultivo (GTC) composto por representantes, em nível de diretoria, das principais agências de fomento à ciência e tecnologia. De acordo com os procedimentos até hoje em vigor, cabe ao GTC analisar os pareceres elaborados por consultores *ad hoc* sobre a qualidade do curso (futuro ou já em andamento) a partir da análise do projeto do mesmo. Baseados na opinião expressa pelos pareceristas (geralmente três) o GTC recomenda ou não o curso para o apoio das agências. O curso recomendado passa a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação para efeito de avaliação e fomento.

As políticas nacionais para pós-graduação vigentes são basicamente aquelas expressas no III PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação) elaborado para o período 1986 - 89 com as correções e atualizações ocorridas nos últimos anos, no âmbito da CAPES. As diretrizes e orientações formuladas e implementadas no que diz respeito à criação de cursos novos podem ser sumariadas nos seguintes tópicos:

- a) valorizar a qualidade intrínseca do projeto em termos de:
  - estrutura e organização do curso,
  - titulação, experiência acadêmica e produção científica do corpo docente permanente,
  - infra-estrutura disponível: instalações físicas, bibliotecas e laboratórios;
- b) valorizar a tradição e desempenho acadêmico da instituição proponente, sem impedir o desenvolvimento de Instituições de Ensino Superior (IES) emergentes;
- c) favorecer cursos vinculados a projetos específicos apoiados pela CAPES (ex.: Projeto Norte);
- d) prioridade para os cursos de doutorado, quando há mérito.

## **Redefinição da política de abertura de novos cursos**

Para que a CAPES possa atender às considerações básicas, expressas no início deste documento, e assim cumprir um papel mais efetivo na formação de recursos humanos condizentes com o desenvolvimento do país e com os recursos orçamentários disponíveis (que tendencialmente vêm aumentando em proporção inversa à expansão do sistema nacional de pós-graduação), é necessário levar em conta, na abertura de novos cursos, além dos critérios acima listados:

- política de desenvolvimento da área (necessidade de abrir ou consolidar novas subáreas, especialidades consideradas estratégicas/prioritárias, regiões com potencial para a área, desestímulo à concentração de cursos em determinadas cidades ou estados, principalmente de cursos de uma mesma área do conhecimento).
- análise da necessidade e da demanda social, assim como da capacidade de atendimento atual dos cursos (por exemplo, situação local/regional da relação candidatos-vagas por área, no local ou região).

## Proposta de alterações de procedimentos do GTC

Para levar a bom termo esta política, seria necessário:

### Do ponto de vista operacional

- 1) Por não serem os membros do GTC, necessariamente, especialistas nas áreas dos projetos em análise, e por depender o aval de qualidade ao projeto do curso basicamente dos pareceres de consultores *ad hoc*, devem merecer especial atenção os procedimentos relativos à escolha dos consultores que participam do processo.
- 2) Elaborar novas instruções para os consultores sobre conteúdo e formato dos pareceres para que não sejam exageradamente sucintos ou extensos, e para que todos os pontos considerados principais sejam apreciados. Sugere-se também que os pareceres sejam inequívocos e conclusivos e que sejam acompanhados de um resumo dos mesmos. O resumo do parecer poderá agilizar o trabalho dos técnicos da CAPES e dos membros do GTC, enquanto o parecer analítico será de particular utilidade para os cursos.
- 3) Devolver à instituição - antes de serem submetidos à apreciação do GTC - os projetos que receberem parecer conclusivo desfavorável de dois ou três consultores, junto com os pareceres, para conhecimento e providências consideradas necessárias ao andamento do processo.
- 4) Acrescentar no **Roteiro para Apresentação de Projetos de Cursos de Mestrado e Doutorado** um item sobre análise da demanda na região.

### Do ponto de vista político

Colocar à disposição do GTC, para que possa tomar decisões de políticas bem fundamentadas, informações relativas às propostas em análise, tais como:

- concentração de cursos da área por região geográfica;
- áreas de concentração ou linhas de pesquisa oferecidas pelos cursos já existentes;
- capacidade dos cursos de atender a demanda por vagas;
- demanda de capacitação de profissionais pela sociedade;
- diagnóstico da área de conhecimento e planos de desenvolvimento.

Caberá à CAPES tomar providências para a realização de tais estudos.

Os resultados dessas medidas deverão instrumentar o GTC para que realmente defina e implemente uma política de expansão da pós-graduação, a partir da análise dos novos projetos. As recomendações do GTC serão, assim, diversificadas da seguinte forma:

- a) *Reconhecimento de mérito acadêmico* para que os cursos com reconhecido mérito acadêmico possam integrar o sistema de pós-graduação. Este reconhecimento, entretanto, não implica automaticamente em apoio financeiro por parte das agências de fomento.

b) *Recomendação para apoio das agências* a cursos que tiverem seu mérito acadêmico reconhecido pelo GTC, e cuja oferta for considerada prioritária e relevante para a área de conhecimento e para a região.

Dessa forma, o GTC poderá desempenhar um papel efetivo na definição de políticas para pós-graduação *stricto sensu*, corrigindo distorções e induzindo as mudanças desejadas.



## OPINIÃO

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO E OS CURSOS A

*Antonio Albuquerque de Figueiredo\**

Quando a CAPES se empenha em elaborar diretrizes que introduzam e assegurem padrões de qualidade para a pós-graduação brasileira; quando se esforça para avaliar, de maneira tão participativa quanto possível, o desempenho dos cursos; e quando deseja implementar formas de fomento e apoio amplas e justas, seria oportuno, na tentativa de contribuir para o debate e de despertar a crítica, fazer algumas observações polêmicas colhidas ao longo das últimas três décadas. Para poupar espaço e tempo tenta-se, sem rodeios, ir direto ao âmago da questão.

Considerando que o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação está em andamento e que dele participam mais de uma centena de especialistas que representam a comunidade científica do país, o momento e o veículo (INFOCAPES) são oportunos e adequados para o propósito. Eis alguns temas para considerar e discutir.

### **O professor permanente**

Ser permanente de um curso é estar comprometido com ele. Como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, também não se deve ser permanente em dois cursos. A prática do *empréstimo* do nome a diferentes cursos, tão comum na década de 70 devido à falta de professores qualificados, hoje não mais se justifica. E, assim sendo, a produção científica de um professor só deverá aparecer (ser listada) uma única vez, no curso a que está ligado. Se repetida, caracteriza-se uma prática ilícita. O fato de um professor lecionar, esporadicamente, uma disciplina de curta duração num determinado curso não o caracteriza como permanente desse curso. A prática do *empréstimo*, mesmo a outro curso da própria instituição, não deve mais ser aceita. Participar, colaborar, orientar, é recomendável: repetir sua condição de permanente, não. O professor permanente deve ter por base o curso onde predominam suas atividades. Deve ser doutor ou equivalente .

### **O professor orientador**

Para orientar é indispensável ter experiência. O simples fato de um professor ter doutorado não deve ser visto como suficiente para orientar teses. Para tal, mais que um mero título, ele precisa de vivência, principalmente se pretende orientar a nível de doutorado. Seria recomendável, então, que, para orientar teses de doutorado em um curso **A**, o professor tivesse, como pré-requisito, orientado algumas teses de mestrado. Tempo de doutorado (após defender sua tese) não qualifica ninguém, mormente num sistema corporativista e permissivo como o atual. São comuns casos de docentes que apesar de ainda estarem terminando suas teses de doutorado, já estão comprometidos com orientação de teses de mestrado!

---

\* Antonio de Albuquerque Figueiredo, professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é coordenador da área de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Conselho Técnico-Científico da CAPES.

## O professor responsável por disciplina

Indiscutivelmente, só a prática e a experiência capacitam didaticamente. Ensinar, a nível de pós-graduação, é um compromisso ainda mais sério. Disciplinas de cursos A devem ser ministradas por professores experientes. Salvo raras exceções, que podem ser facilmente caracterizadas, só doutores ou equivalentes devem assumir responsabilidade de disciplinas. Em sua estruturação, os cursos devem evitar super-disciplinas (excesso de carga) ministradas por professores super-dotados (*donos* de áreas). O número de créditos e o fluxo de disciplinas deve ser objetivo e suficiente apenas para atender aos propósitos do curso e da área de opção do aluno. Nunca para satisfazer as vaidades ou necessidades de docentes.

## Teses

As teses, principalmente as de mestrado, dever ser objetivas e tão simples quanto possível. A genialidade está sempre ligada à simplicidade. Há que se evitar a complexidade confusa e desestimulante para o jovem orientado. Esta situação é mais crítica nos cursos de mestrado. Já as teses de doutorado devem conduzir o aluno a um desafio, a uma análise crítica e a um trabalho profundo. Infelizmente há aqueles professores que não se libertam do *complexo de orientador* e se comprazem em dificultar a vida do orientado, submetendo-o a exigências e permanência exageradas. Há outros que dão valor excessivo ao volume ou ao peso de uma tese! Há, ainda, aqueles com *síndrome de claustrofobia* que datilografam as teses em espaço 3 ou 4 para se ufanarem com o número de páginas resultante. Considerando que excelentes publicações, em qualquer área do saber, podem ser feitas em meia dúzia de páginas, mantidas as devidas proporções, não é válido correlacionar tamanho com qualidade.

## Bancas de defesa de tese

Mesmo doutor, o professor precisa de vivência para interpretar e avaliar uma tese ou dissertação. Sendo difícil estabelecer parâmetros que credenciem para tal, o mínimo que se pode e deve exigir é que os membros de uma banca sejam doutores ou equivalente. Neste caso, a responsabilidade e o compromisso serão maiores e a probabilidade de deslisa menor. Bancas qualificadas e comprometidas com a comunidade valorizam o trabalho e respaldam a seriedade do curso. A participação de examinadores externos deve tornar-se prática comum. Isto aumenta a transparência e contribui para que o curso alcance a almejada qualidade que todos buscam.

## Permanência no curso (tempo médio)

Tema polêmico que tanta especulação tem gerado Todos sabem, todos criticam, todos defendem. O *tempo de permanência* de nossa pós-graduação precisa, urgentemente, ser diminuído. No entanto, a verdade é que o tempo do bolsista, que deve voltar-se integralmente para o curso e trabalhar em dedicação exclusiva, vem sendo mal administrado. Por ele e por seu orientador. Este relaxa a cobrança e o acompanhamento, por razões diversas que aqui não cabe discutir. Considerando que o estudante, em condições ideais, deveria dispor de cerca da metade das 168 horas para se dedicar, ele raramente utiliza 40. Faltam-lhe, no mais das vezes, orientação e objetividade para administrar e investir seu tempo.

Observa-se que há hoje, ao contrário de há 20 anos, vários fatores e recursos tecnológicos que permitem ao aluno *ganhar* tempo, ser mais produtivo e eficiente. Revisões bibliográficas, graças à informatização das bibliotecas e à velocidade da comunicação, podem, hoje, ser feitas de dez a cem vezes mais rápido. Só este aspecto pode representar uma economia de meses de trabalho. Metodologias antes demoradas e complexas foram substituídas, em diversas áreas, por equipamentos informatizados rápidos e eficazes. A tão conhecida desculpa dos problemas sazonais, em alguns campos, também pode ser contornada por modernas tecnologias. Escrever a tese, antes tarefa árdua e consumidora de tempo, hoje, com a ajuda dos processadores de texto, é coisa simples e rápida. Por estas razões e, ainda, por outras de bom senso, é exagero conceder 78 meses para que alguém se doutore (30+48). Há casos, no Brasil e no exterior, de pessoas que, trabalhando de 10 a 12 horas por dia, terminaram seu doutorado em cerca de três anos. Em que pesem todos os argumentos contrários, salvo casos especialíssimos, a verdade é que para fins de avaliação e estipulação de normas e regras, avanços do tipo acima mencionado não estão sendo considerados. Talvez seja mais cômodo deixar como está! E assim sendo, incentiva-se a morosidade.

## **Vocação da pós-graduação**

Alguns defendem ser o objetivo fundamental da pós-graduação, mais especificamente do doutorado, formar e capacitar docentes e pesquisadores. Sem desmerecer qualquer outra atividade (técnica ou administrativa), talvez seja luxo demasiado, para uma sociedade com tantas prioridades, investir 80 a 100 meses num indivíduo que não venha a direcionar seu potencial para um fim mais nobre que produzir. É claro que a atividade industrial de produção é importante e necessária para o país, porém, para este fim, uma formação técnica adequada pode ser alcançada em períodos de treinamento muito menores e a custo muito mais baixo. Sem sequer questionar a necessidade ou a validade da pós-graduação em todos os seus aspectos, é preciso valorizá-la e entendê-la como premiação às *cabeças privilegiadas*. Queiram ou não, é assim em todos os lugares!

## **Reestruturação dos cursos**

Disciplinas longas demais (excesso de carga horária); pessoas e/ou áreas dominantes; ofertas ocasionais e escassas de temas e disciplinas ligados às áreas de concentração; tendências comodistas para teorizar com sérios prejuízos para as atividades práticas; demasiada heterogeneidade dentro do sistema nacional; avaliação corporativista; descontinuidade de ações; dificuldade de sistematização em decorrência da *autonomia* dos cursos e das instituições. Falta movimento. Falta dinâmica e objetividade à maioria dos cursos que não se encorajam a cortar os laços históricos e conservadores com o sistema ultrapassado da década de 70. Temem associar-se, buscar novos parceiros, por pensarem que, com isto, podem perder poder e autonomia. Voltam-se para dentro de si ao invés de buscarem seus pares e, num sentido mais amplo, a própria comunidade. Cada vez mais, isolam-se no corporativismo e no individualismo. Professores pulverizam sua energia e ser tempo em atividades diversas contribuindo, assim, para levar o sistema ao descrédito. Estas práticas precisam ser combatidas e neutralizadas. Mas como, se o sistema se fecha? Se as próprias instituições e muitos administradores se acomodam e quase sempre agem influenciados pela eleição que se aproxima!

## **A apatia das instituições**

Infelizmente, as instituições pouco ou nada cobram ou exigem. Por comodismo ou por *estratégia política* interna, acostumaram-se a transferir, principalmente para a CAPES, a tarefa de acompanhar, avaliar e exigir qualidade. Situação muito cômoda. Tudo isto, pelo simples fato de que nas IES de hoje *todos são potenciais*

*candidatos a alguma coisa*. Todos almejam um pedaço, por menor que seja, do esfacelado e desacreditado poder. Esta prática autofágica alastrou-se depois da implantação do sistema de *incorporação de quintos*, o segundo maior mal dentro das universidades, só superado pelo estúpido critério da *promoção compulsória*, aquela que promove de dois em dois anos, freqüentemente sem qualquer avaliação séria ou meritória. Tudo isso gera o *não compromisso* com a seriedade e com a qualidade. É, na realidade, uma grande festa cuja senha de entrada pode ser *corporativismo* ou *nivelamento por baixo*. É comum haver administradores muito mais interessados em sua ascensão política ou em seus *quintos*, que em desenvolver ou qualificar; sua área de atuação. Adoram *distribuir* favores, mas evitam cobrar ou tomar atitudes que possam ferir os interesses de seus *súditos* ou descontentar os eleitores do cômico sistema que se instalou nas universidades em nome de uma democracia caolha.

O tempo integral e a dedicação exclusiva passaram a ser uma mera concessão usada para conquistar simpatias e vantagens salariais. Não representa qualquer compromisso nem para quem concede nem para quem recebe. O acompanhamento, a orientação e a busca da qualidade são meras referências abstratas. Por outro lado, sem planejamento, sem recursos, sem equipes capacitadas de apoio e sem objetivos claros, resta aos dirigentes permanecer na expectativa de que algo aconteça. E quando pensam que vai acontecer, já está *fervendo* o próximo processo eleitoral dentro da instituição que, como o carnaval e a copa do mundo, anestesia e faz esquecer as mazelas. E recomeça o ciclo.

Neste contexto enquadra-se, perfeitamente, a pós-graduação brasileira. Alguns, mas radicais e alérgicos a ela, aproveitam a confusão e a desorganização e tentam rotulá-la como dispensável, elitizante e sugadora de recursos, servindo apenas a um punhado de privilegiados. São os *míopes de cérebro*. E o pior, é que dentro do atual contexto, muitas pessoas ligadas ao sistema, por sua ausência e, principalmente, por sua falta de compromisso com ele, estão fornecendo argumento aos pessimistas. Em resumo, resta à comunidade que acredita e se empenha pela pós-graduação, defendê-la, resgatá-la e orientá-la, apesar de tudo.

## Perspectivas

Este valioso patrimônio erguido na segunda metade do século precisa ser preservado. Todos os esforços possíveis devem ser reunidos com este propósito. Certamente, e isto é reconfortante, também há muitos empenhados em aperfeiçoar e consolidar o sistema. Pessoas com conhecimento, experiência e propósitos firmes têm-se dedicado à causa. Ainda bem! A comunidade precisa enxergá-las e apoiá-las. Se o caminho que leva ao desenvolvimento, à credibilidade e ao progresso passa pela educação de um povo, a formação e a qualificação de seus cérebros, indiscutivelmente passam por seu sistema de pós-graduação.

A pós-graduação brasileira, após a convulsão vivida no governo anterior, amadureceu, por um lado. Se as situações adversas leva ao crescimento, os anos 89 a 91 foram um bom fermento. Todos sentiram de perto a ameaça e puderam constatar que um direcionamento político desvairado pode ser fatal. Com a mesma facilidade que se queimam livros em praça pública, corta-se o suprimento de ar de um sistema, cujas deficiências, porém, jamais poderão servir de motivo para sua afixia.

A pós-graduação deve imbuir-se de um real espírito de qualidade; deve assumir a importância que tem, sem, no entanto, esquecer-se ou divorciar-se de sua fonte vital, que é a graduação; deve ser competitiva e premiar o melhor; deve ser dinâmica e estar em constante metamorfose evolutiva; deve estar na frente. Se mais não fosse, para que a mediocridade nunca a alcance. Em nenhuma era, em nenhum lugar, em nenhum sistema filosófico em que ela floriu, foi diferente.

## INFORMES CAPES

### ■ CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DAS ATIVIDADES COLEGIADAS E DE CONSULTORIAS (CEAC)

Foi criada na CAPES a COORDENAÇÃO EXECUTIVA DAS ATIVIDADES COLEGIADAS E DE CONSULTORIAS, vinculada ao Gabinete da Presidência. É um órgão meio que se propõe dar apoio, auxiliar e operacionalizar as atividades das várias Divisões e Diretorias da CAPES que exijam a participação dos colegiados e consultores externos. A coordenação da CEAC está a cargo do Prof. Wadel Clarimundo Gonçalves.

### ■ PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO

A CAPES está implementando, no segundo semestre de 1994, o Programa de Consolidação dos Cursos de Pós-Graduação. Com esta iniciativa, a Agência visa estimular o desenvolvimento de cursos de mestrado e doutorado em reestruturação ou com desempenho insatisfatório, através do apoio à manutenção e/ou expansão de sua infra-estrutura e da concessão de bolsas de estudo para o corpo discente.

Para ingressar no Programa de Consolidação é necessário que: a) os cursos de pós-graduação tenham conceito **C, D, E** ou **SC** (em reestruturação) na avaliação da CAPES, b) as instituições se comprometam e ofereçam as condições necessárias para a recuperação/desenvolvimento dos cursos. O apoio será concedido por um período máximo de quatro anos.

Tendo em vista a avaliação de cursos referente ao biênio 92/93, cujos resultados serão divulgados no final do corrente ano pela Diretoria de Avaliação, a CAPES espera receber novas propostas no âmbito do Programa até **15 de março de 1995**.

### ■ ACORDO COM A FRANÇA BENEFICIA BOLSISTAS BRASILEIROS

O Ministro da Educação, Prof. Murilo Hingel, acompanhado da Presidente da CAPES, Prof<sup>a</sup>. Maria Andréa Loyola, assinou, nos dias 11 e 12 de julho deste ano, na cidade de Tolouse, França, um importante Acordo com o Governo Francês. Trata-se do Acordo de Cooperação Universitária Franco Brasileiro, denominado REDE SANTOS DUMONT. Farão parte da Rede 26 instituições brasileiras de ensino superior (listagem abaixo) e igual número de instituições francesas.

Em decorrência do Acordo, estudantes e pesquisadores brasileiros, detentores de mestrados classificados na categoria **A** ou **B**, de acordo com as avaliações da CAPES, serão dispensados do DEA (Diploma de Estudos Aprofundados), na formação em nível de doutorado, o que encurta em cerca de 1 ano o tempo da bolsa. Com isso o Brasil obtém significativa economia de dispêndios, estimados em torno de US\$ 3 milhões por ano.

### UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA "REDE SANTOS DUMONT":

1. Escola Paulista de Medicina - EPM
2. Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL
3. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
4. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS
5. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ
6. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP
7. Universidade de Brasília - UNB
8. Universidade de São Paulo - USP

9. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
10. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
11. Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
12. Universidade Federal da Bahia - UFBA
13. Universidade Federal do Ceará - UFC
14. Universidade Federal Fluminense - UFF
15. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
16. Universidade Federal da Paraíba - UFPB
17. Universidade Federal do Paraná - UFPR
18. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
19. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
20. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
21. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
22. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
23. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
24. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
25. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
26. Universidade Federal de Viçosa - UFV

### ■ VISTOS DE LONGA DURAÇÃO PARA A FRANÇA

O Chefe do Setor de Cooperação Técnica, Científica e Educativa da Embaixada do Brasil em Paris, Conselheiro Gilberto Fonseca F. de Moura, encaminhou à CAPES a seguinte informação à respeito das gestões que estão sendo feitas para a superação dos atuais obstáculos à concessão de vistos de longa duração para os dependentes dos bolsistas brasileiros naquele país:

"O Embaixador do Brasil na França, Carlos Alberto Leite Barbosa, vem acompanhando com preocupação as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas brasileiros na França para obtenção de vistos de longa permanência para seus cônjuges e filhos. Nesse sentido, tomou todas as iniciativas visando à superação definitiva dos obstáculos encontrados junto à administração francesa.

Realizou gestões junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Alain Juppé, e outras autoridades do Quai d'Orsay, tendo obtido reações favoráveis. O Ministro Juppé, inclusive, informou ao Embaixador brasileiro que seu Ministério já estava examinando, juntamente com outros órgãos do governo, soluções regulamentares que facilitem a permanência na França dos bolsistas e pesquisadores brasileiros e de seus familiares diretos.

Mais recentemente, por ocasião da visita oficial à França do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o tema foi abordado nas conversações mantidas no Quai d'Orsay e no Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa.

Em maio deste ano, o Embaixador brasileiro dirigiu correspondência ao Ministro do Interior da França, Charles Pasqua, solicitando medidas concretas e imediatas sobre o assunto de modo a evitar que o programa de cooperação bilateral no domínio técnico e científico possa ser prejudicado.

No que se refere a casos individuais, envolvendo familiares de bolsistas brasileiros que chegam a conhecimento da Embaixada, imediatamente são tomadas providências junto às autoridades francesas competentes, tanto em Paris como no Brasil, através do Itamaraty, junto à Embaixada da França ou a seus Consulados.

A Embaixada do Brasil, em particular seu Setor de Cooperação Técnica, Científica e Educativa, permanece à disposição da comunidade estudantil e científica brasileira e atenta à evolução do tratamento que lhe é dispensado pelas autoridades francesas no tocante ao ingresso e permanência na França de cônjuges e filhos de bolsistas brasileiros."

### ■ NOVOS CURSOS RECOMENDADOS PELO GTC

Em reunião ocorrida em 29/06/94 o grupo técnico consultivo -GTC, recomendou os seguintes cursos:

Artes Cênicas/USP (Mestrado/Doutorado)  
História da Arte/UFRJ (Mestrado)  
Física/UFRN (Doutorado)  
Geologia/UFBA (Doutorado)  
Química Orgânica/UFMS (Doutorado)  
Geociência e Meio Ambiente/UNESP/RC (Mestrado)  
Geociências Regional/UNESP/RC. (Doutorado)  
Biotecnologia/Univ. Caxias do Sul (Mestrado)  
C. Biológicas (Fisiologia/Farmacologia) /UFMG (Doutorado)  
C. Biológicas (Farmacologia/Fisiologia/Biotecnologia/ Microbiologia)/UFPE (Doutorado)  
Genética e Bioquímica/UFU (Mestrado)  
Genética/UFPR (Doutorado)  
Fisiologia/UFSCAR (Mestrado)  
Engenharia de Materiais/UFSC (Mestrado)  
Engenharia Elétrica/UFU (Doutorado)  
Engenharia Mecânica/UFU (Doutorado)  
Engenharia de Produção/EFEI (Mestrado)  
Letras/UNESP - Araraquara (Doutorado)  
Letras (Estudo da Linguagem) /UFRN (Mestrado)  
Linguística Aplicada/UNICAMP (Doutorado)  
Linguística (Ensino da Língua Portuguesa) /UFC (Mestrado)  
Letras/ FUEL (Mestrado)  
Educação Física (Ciência do Movimento Humano) /UFMS (Doutorado)  
Odontopediatria/UNESP - Araçatuba (Mestrado)  
Odontologia Restauradora/UNESP - S.J.C. (Mestrado)  
Saúde Pública/UFMG (Mestrado)  
Saúde Materno-Infantil/IMIP (Mestrado)  
Filosofia/UERJ (Mestrado)  
Geografia/ UFRJ (Doutorado)  
Psico-sociologia de Comunidade e Ecologia Social/UFRJ (Mestrado)  
Psicologia/UFES (Mestrado)  
Psicologia/PUC-RS (Mestrado)  
Políticas Públicas/UFMA (Mestrado)  
Sociologia/UFRJ (Doutorado)  
Sociologia/UNESP - Araraquara (Doutorado)  
Sanidade Animal/FUEL (Mestrado)  
Agronomia/FCAP (Mestrado)  
Agronomia/UFMS (Mestrado)

## ■ PROGRAMA DE DOUTORADO NO PAÍS COM ESTÁGIO NO EXTERIOR (PDEE).

Buscando melhorar o entrosamento entre os usuários e CAPES, divulgamos os requisitos básicos para exame das solicitações apresentadas no âmbito do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior :

Clientela: alunos regularmente matriculados em cursos de doutorado no País, que possuam conceito "A" ou "B" na avaliação da CAPES.

Prazos: bolsas com início no 1º semestre - até 15 de dezembro.  
bolsas com início no 2º semestre - até 15 de junho.

Via de encaminhamento: através das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa.

Documentação: formulário de solicitação de bolsa PDEE, preenchido pelo candidato; comprovante de vinculação do programa de doutorado com programa congênere no exterior; *curriculum vitae* do candidato; plano de trabalho; carta de aceitação da instituição de destino/orientador; comprovante de proficiência no idioma em que será efetuado o estágio; ata do processo de seleção do candidato; justificativa do orientador sobre a relevância do estágio no exterior.

## ■ SELEÇÃO DE BOLSAS NO EXTERIOR

O processo de seleção dos candidatos a bolsa no exterior é constituído de duas etapas eliminatórias: análise documental e entrevista pessoal. Inicialmente, contamos com uma demanda de 1700 candidatos, em todas as áreas do conhecimento e níveis de estudos, sendo eliminados cerca de 50% na primeira fase da seleção, enquanto que 14,4% não obtiveram aprovação nas entrevistas.

Após encerradas essas duas etapas, iniciamos, em julho próximo passado, a divulgação dos candidatos selecionados e a concessão dos benefícios para os que apresentaram a documentação exigida.

Visando a manutenção de um número constante de bolsistas no exterior estaremos distribuindo, em 1994, em torno de 500 bolsas. Isto permitirá a reposição, no sistema, dos bolsistas que estarão retornando ao Brasil até dezembro do corrente ano, após conclusão dos estudos.

A exemplo de anos anteriores, acreditamos poder beneficiar todos os candidatos aprovados que estejam aptos, tendo em vista o grande número de desistências e impossibilidade de complementação dos documentos exigidos pela Agência para implementação da bolsa.

## ■ PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO

O Programa Especial de Treinamento - PET concluiu em junho o processo de seleção de novas propostas de Grupos/PET, a serem implantadas no mês de agosto, tendo sido aprovados 51 Grupos em diferentes áreas do conhecimento, beneficiando 28 Instituições de Ensino Superior no país .

## ■ LATO SENSU

Encerrou-se em 1º de junho a demanda de apoio a cursos de pós-graduação *lato sensu* a terem início entre os meses de janeiro e junho de 1995. Foram recebidos 266 projetos, em diferentes áreas do conhecimento, encaminhados por IES das Regiões Norte (21), Nordeste (46), Sudeste (110), Sul (81) e Centro-Oeste (8), devendo a pré-análise estar concluída no mês de julho.

## ■ COMISSÕES DE AVALIAÇÃO - 1994

A CAPES agradece aos consultores que estão participando do processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. É um serviço de grande relevância prestado à pós-graduação brasileira e que exige dedicação e competência. Abaixo está a relação completa das Comissões, com os nomes dos avaliadores e das instituições a que pertencem:

ÁREA: **Física/Astronomia**

COORDENADOR: Oscar Hipólito (USP/SC).

COMISSÃO: Cid Bartolomeu de Araújo (UFPE), João Evangelista Steiner (USP), Kepler de Souza Oliveira Filho (UFRGS), Oscar Nassif de Mesquita (UFMG), Takesi Kodama (UFRJ).

ÁREA: **Engenharia I** (Civil, Sanitária, Transportes)

COORDENADOR: Wilson Sérgio Venturini (USP/SC).



COMISSÃO:

**Civil/Sanitária:** Enio Marques Palmeira (UNB), Estevan Barbosa Las Casas (UFMG), João Sérgio de Lucca (UFRGS), Rui Vieira da Silva (UFRJ), Vahan Agopyan (USP).

**Transportes:** João Alexandre Widmer (USP/SC), Luiz Antônio Lindau (UFRGS).

ÁREA: **Engenharia II** (Materiais, Metalúrgica e de Minas, Química e Nuclear)

COORDENADOR: Fernando Luiz Bastian (UFRJ).

COMISSÃO:

**Engenharia de Materiais/Metalúrgica e de Minas:** Elias Júnior Hage (UFSCAR), Jorge Rúbio Rojas (UFRGS), Renato Minelli Figueira (UFMG), Roberto R. Avillez (PUC/RJ).

**Engenharia Química:** Dilson Cardoso (UFSCAR), Evaristo Chalbaud Biscaia Júnior (UFRJ), Wilibaldo Schmidel Neto (USP).

**Engenharia Nuclear:** Aquilino Sena Martinez (UFRJ), Atílio D'Olio (UFPE), José Rubens Maiorino (USP).

ÁREA: **Engenharia III** (Mecânica, Aeroespacial, de Produção, Naval e Oceânica)

COORDENADOR: José João de Espíndola (UFSC).

COMISSÃO:

**Mecânica/Aeroespacial:** Benedito de Moraes Purquério (UFPPB), Renato Machado Cota (UFRJ), Rogério Pinheiro Kupplel (UFPPB), Valder Stefen Júnior (UFU).

**Produção:** Israel Brunstein (USP), Leonardo Junqueira Lustosa (PUC/RJ), Ricardo de Miranda Garcia (UFSC).

**Naval/Oceânica:** Carlos Alberto Almeida (PUC/RJ), Célio Tanigush (USP).

ÁREA: **Engenharia IV** (Elétrica, Planejamento Energético, Biomédica)

COORDENADOR: Hermano Medeiros F. Tavares (UNICAMP)

COMISSÃO:

**Elétrica/Planejamento Energético:** Antônio José Alves Simões Costa (UFSC), Benjamin Rodrigues Menezes (UFMG), Jorge Lopes de Souza Leão (UFRJ), Valdemar Cardoso da Rocha Júnior (UFPE).

**Biomédica:** João Carlos Machado (UFRJ), Sérgio dos Santos Muhlen (UNICAMP).

ÁREA: **Direito**

COORDENADOR: Eros Roberto Grau (USP)

COMISSÃO: Aurélio Wander C. Bastos (UNIRIO), José Ribas Vieira (PUC/RJ), Paulo Barros de Carvalho (PUC/SP).

ÁREA: **Enfermagem**

COORDENADOR: Ingrid Elsen (UFSC).

COMISSÃO: Antonieta Tyrrel (UFRJ), Maguida Costa Stefaneli (USP).

ÁREA: **Serviço Social**

COORDENADOR: Maria Lúcia Carvalho da Silva (PUC/SP).

COMISSÃO: Jairo Melo de Araújo (PUC/RS), Nobuco Kameyama (UFRJ).

ÁREA: **Agronomia**

COORDENADOR: Décio Barbin (USP/ESALQ).

COMISSÃO: Fabiano Ribeiro do Vale (ESAL), Fernando Mesquita Lara (UNESP), José Carlos Fachinello (UFPEL), José Roberto Postali Parra (ESALQ), Lázaro José Chaves (UFGO), Lúcia Helena Garófalo Chaves (UFPPB), Luiz Edson Mota de Oliveira (ESAL), Newton Pereira Stanford (UFRPE), Paulo Roberto Mosquin (UFV), Francisco Cupertino (UNB).

**Extensão Rural:** Ariovaldo Queda (ESALQ), José Norberto Muniz (UFV).

**Engenharia Agrícola:** Antônio Marciano Silva (ESAL), Inácio Maria Dal Fabro (UNICAMP).

**Recursos Florestais:** Luis Ernesto G. Barrichello (ESALQ), Rudi Arno Seitz (UFPR).

**Ciências Exatas Aplicadas à Agricultura:** Sérgio do Nascimento Kronka (UNESP), Carlos Clemente Cerri (USP-CENA).

ÁREA: **Medicina Veterinária**

COORDENADOR: Dominguita Luhrs Graça (UFMS).

COMISSÃO: Carlos Wilson Gomes Lopes (UFRRJ), Márcio Ricardo Costa dos Santos (UFF), Vera Alvarenga (UFMG).

**ÁREA: Ciência e Tecnologia de Alimentos**

COORDENADOR: Antonio Albuquerque Figueiredo (UFRRJ).

COMISSÃO: Edson Lessi (INPA), Nelcindo Nascimento Terra (UFSM).

**ÁREA: Zootecnia**

COORDENADOR: Horácio Rostagno (UFV).

COMISSÃO: Disney Gonzalez (UNESP), Newton Castagnoli (UNESP), Norberto Mário Rodriguez (UFMG).

**ÁREA: Economia**

COORDENADOR: Pedro Cesar Dutra Fonseca (UFRGS).

COMISSÃO: Augusto Cesar Santos Oliveira (UFPE), Flávio Rabelo Versiani (UNB), Liana Maria Frota Carleial (UFPR), Nelson Nozoe (USP), Ricardo Tolipan (UFRJ).

**ÁREA: Geociências/Oceanografia**

COORDENADOR: Reinhardt Adolfo Fuck (UNB).

COMISSÃO: Alcides Nóbrega Sial (UFPE), Ari Roisemberg (UFRGS), Carlos Nobre (INPE), Luis Drude de Lacerda (UFF), Naomi Ussami (USP), Paulo Milton Barbosa Landin (UNESP).

**ÁREA: Odontologia**

COORDENADOR: Maria Fidela Lima Navarro (USP).

COMISSÃO: Marisa Maltz (UFRGS), Mathias Vitti (UNICAMP), Nilza Pereira Costa (PUC/RS), Roberto Alves dos Santos (FESP/PE), Tatsuko Sakima (UNESP).

**ÁREA: Antropologia/Arqueologia**

COORDENADOR: Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ).

COMISSÃO: Cláudia Fonseca (UFRGS), Júlio Cesar Melatti (UNB), Paula Monteiro (USP), Pierre Sanchis (UFMG).

**ÁREA: Sociologia/Ciências Sociais**

COORDENADOR: Alice Rangel Paiva Abreu (UFRJ).

COMISSÃO: Ari Minella (UFSC), Carlos Benedito Martins (UNB), Edna Maria Ramos de Castro (UFPA), Laura da Veiga (UFMG), Maria Arminda do Nascimento Arruba (USP), Maria Suzana Arosa Soares (UFRGS), Neide Esterici (UFRJ), Silke Weber (UFPE).

**ÁREA: História**

COORDENADOR: Francisco José Calazans Falcon (UFRJ).

COMISSÃO: Alzira Lobo Campos (UNESP), Brás Augusto Brancato (PUC/RS), Janaína Amado (UNB), Margarida de Souza Neves (PUC/RJ), Maria Gabriela Martin Ávila (UFPE).

**ÁREA: Ciência da Informação**

COORDENADOR: Marcius Cesar Soares Freire (UNICAMP).

COMISSÃO: Jeanette Marguerite Kremer (UFMG), Rosali Fernandes (UFRJ), Suzana Pinheiro Machado Mueller (UNB).

**ÁREA: Comunicação**

COORDENADOR: Marcius Cesar Soares Freire (UNICAMP).

COMISSÃO: José Luiz Braga (UNB), Marcos Silva Palácios (UFBA).

**ÁREA: Ciência Política**

COORDENADOR: Renato Raul Boschi (IUPERJ).

COMISSÃO: Fábio Wanderley Reis (UFMG), Maria das Graças (UNB), Renato Raul Boschi (IUPERJ), Sérgio de Azevedo (UFMG).

**ÁREA: Geografia**

COORDENADOR: José Alexandre Felizola Diniz (UFSE).

COMISSÃO: Luiz Fernando Scheiber (UFSC), Maria do Carmo C. Galvão (UFRJ).

**ÁREA: Educação Física**

COORDENADOR: Marcus Vinicius Nahas (UFSC).

COMISSÃO: Carlos Alberto Amadio (USP), Jefferson Canfiled (UFSM).

**ÁREA: Matemática**

COORDENADOR: Adilson Gonçalves (UFRJ).

COMISSÃO: Jorge Hounie (UFPE), Ketti Tememlat (UNB), Mario Jorge Dias Carneiro (UFMG), Martin Tygel (UNICAMP).

**ÁREA: Estatística**

COORDENADOR: Adilson Gonçalves (UFRJ).

COMISSÃO: Chang Dórea (UNB), Heleno Boufarini (USP).

**ÁREA: Ciências Biológicas I (Genética, Zoologia, Botânica, Biologia Geral)**

COORDENADOR: Hermógenes Freitas Leitão Filho (UNICAMP).

COMISSÃO: Lionel S. Gonçalves (USP/RP), Lodércio Culpí (UFPR), Paulo F. Buhernehein (INPA), Paulo Luiz de Oliveira (UFRGS), Sérgio Nereu Pagano (UNESP), Warwick Estevan Kerr (UFU).

**ÁREA: Ciências Biológicas II (Morfologia, Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica, Farmacologia)**

COORDENADOR: Gerhard Malnic (USP).

COMISSÃO: Aron Jurkecwicz (EPM), Carlos Ribeiro Diniz (UFMG), Conceição Machado (UFMG), Eliot Watanabe Kitajima (UNB), Glauce Viana (UFC), Henrique de Azevedo Futuro Neto (UFES), José Carneiro Silva (USP), Maria Marques (UFRGS).

**ÁREA: Psicologia**

COORDENADOR: Salvador Antônio Sandoval (PUC/SP).

COMISSÃO: Ana Maria Ribeiro Coutinho (PUC/RJ), Elizabete de Melo Bonfim (UFMG), Francisco Martins (UNB), José Aparecido da Silva (USP/RP), Lino de Abreu (USP), Willian Barbosa Gomes (UFRGS).

**ÁREA: Ecologia e Meio Ambiente**

COORDENADOR: Francisco Antonio Rodrigues Barbosa (UFMG).

COMISSÃO: José Eduardo Santos (UFSCAR), Willian Ernest Magnusson (INPA).

**ÁREA: Medicina I**

COORDENADOR: Jorge Luiz Gross (UFRGS).

COMISSÃO: Absalon Filgueira (UFRJ), Alfredo Lemle (UFRJ), Durval Rosa Borges (EPM), Heonir Rocha (UFBA), João Carlos Prola (UFRGS), José Antonio Marin Neto (USP/RP), Maria Teresa Zanela (EPM), Orcanda Patrus (UFMG), Paulo Zielinsky (FUC).

**ÁREA: Medicina II (Reumatologia, Neurologia, Pediatria, Nutrição, Hematologia, Psiquiatria, Alergologia e Imunologia)**

COORDENADOR: Edison Reis Lopes (FMTM).

COMISSÃO: Amaury J.T. Nigro (EPM), Antonio Carlos Pignatari (EPM), Eduardo F. O. Queiroz (UNB), Esper Carvalheiro (EPM), Fausto Edmundo Lima Pereira (UFES), Francisco Assumpção Júnior (USP), Luiz Eduardo Coelho de Andrade (EPM), Maria Eugênia Leite Duarte (UFF), Maria José Rodrigues Castilho (UFRJ), Moisés Sadigursky (UFBA), Themis Keverbel Silveira (UFRGS), Vanize Macedo (UNB), José Silvério dos Santos Diniz (UFMG), Hélio Moraes de Souza (UFMT).

**ÁREA: Medicina III**

COORDENADOR: Rubens Belfort Matos Júnior (EPM).

COMISSÃO: Adalmir Dantas (UFRJ), Alcino Lázaro (UFMG), Armando Alves (UNESP), Arthur Kós (UFRJ), Edmundo Baracat (EPM), José Laredo Filho (EPM), Marcelo Zugaib (USP), Oly Campos Corleta (UFRGS), Sérgio Brener (UFPR), Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho (USP).

**ÁREA: Saúde Coletiva**

COORDENADOR: Maria Cecília Minayo (FIOCRUZ).

COMISSÃO: Maurício Barreto (UFBA).

**ÁREA: Ciência da Computação**

COORDENADOR: Luiz Fernando Gomes Soares (PUC/RJ).

COMISSÃO: Daltro Nunes (UFRGS), Paulo Cunha Freire (UFPE), Roberto da Silva Bigonha (UFMG), Siang (USP).

**ÁREA: Educação**

COORDENADOR: Osmar Fávero (UFF).

COMISSÃO: Ana Maria Pessoa Carvalho (USP), Antônio Joaquim Severino (USP), Bernardo Kipnis (UNB), João Pitombeira (PUC/RJ), José Angotti (UFSC), Léa Paixão (UFMG), Maria Salomilde Ferreira (UFRN), Mírian Jorge Warde (PUC/SP), Nara Bernardes (PUC/RS).

**ÁREA: Filosofia**

COORDENADOR: Ricardo Ribeiro Terra (USP).

COMISSÃO: Balthazar Barbosa Filho (UFRGS), José Henrique Santos (UFMG), Luiz Carlos Pereira (PUC/RJ), Osmyr Faria Gabbi Júnior (UNICAMP), Roberto Markenson (UFPB).

**Teologia:** Antonio Gouveia Mendonça (IMS), Faustino Teixeira (UFJF).

**ÁREA: Química**

COORDENADOR: Timothy John Brockson (UFSCAR).

COMISSÃO: Ademir Neves (UFSC), Alphone Kelecon (UFPE), Antônio Eduardo Mauro (UNESP), Graciliano de Oliveira Neto (UNICAMP), Hans Viertler (USP), José Caetano Machado (UFMG), Oscar Malta (UFPE).

**ÁREA: Farmácia**

COORDENADOR: Eliezer Jesus de Lacerda Barreiros (UFRJ).

COMISSÃO: Amélia Terezinha Henriques (UFRGS), João Luiz Calegari (USP/RP).

**ÁREA: Artes/Música**

COORDENADOR: Manoel Veiga (UFBA).

COMISSÃO: Adriana Giarola Kayama (UNICAMP), Amélia Bulhões (UFRGS), Guerd Borhein, Ilza Nogueira (UFPB), Margareth da Silva Pereira, Regina Muller (UNICAMP).

**ÁREA: Letras/Linguística**

COORDENADOR: Regina Zilberman (PUC/RS).

COMISSÃO: Ana Maria Lisboa de Melo (UNB), Angela Vaz Leão (PUC/MG), Benjamin Abdala Júnior (USP), Carlos Alberto Faraco (UFPR), Celina Scheinowitz (UFBA), Diana Maria Pessoa de Barros (USP), José Luiz Fiorin (USP), Milton do Nascimento (UFMG), Wilson B. Meller (UFPB).

**ÁREA: Administração**

COORDENADOR: Tânia Maria D. Fisher (UFBA).

COMISSÃO: Cesar Gonçalves Neto (UFRJ), Jaime Ferstenfeld (UFRGS), Juvêncio Braga Lima (ESAL), Roberto Moreno (PUC/RJ).

**ÁREA: Arquitetura e Urbanismo**

COORDENADOR: Edson da Cunha Mahfuz (UFRGS).

COMISSÃO: Marco Aurélio A. F. Gomes (UFBA), Sílvia Ficher (UNB).

**ÁREA: Planejamento Urbano e Regional/Demografia**

COORDENADOR: Marcus André V. C. de Melo (UFPE).

COMISSÃO: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Suzana Taschner Pasternack (USP).

**ÁREA: Ciências Biológicas III (Microbiologia, Parasitologia)**

COORDENADOR: Antoniana Ursine Krettli (Instituto René Rachou).

COMISSÃO: Erney Camargo (USP), Luiz Rachid Trabulsi (USP), Manoel Barral Neto (UFBA), Zigman Brener (UFMG).

## MERCADO DE TALENTOS

### **BOLSISTAS NO EXTERIOR, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE DEVERÃO CONCLUIR O CURSO ATÉ DEZEMBRO DE 1994. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**

**Ana Cristina Vieira de Melo**

University of Manchester

Área/Nível: **Informática**/Doutorado

Previsão de conclusão: setembro/94

Tese: "Reusability of hardware design."

Endereço: Department of Computer Science - University of Manchester

Oxford Road - Manchester - M13 9PL - Grã-Bretanha

**Afranio de Araújo Coelho**

Université de Clermont-Ferrand

Área/Nível: **Metereologia**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: "Efeitos do ciclo condensação-evaporação sobre uma população de aerossóis"

Endereço: CNRM/MEI/MNP - 42, Avenue Gustave Corious

Toulouse Cedex - França - 31057

**Gil de Oliveira Neto**

University of Newcastle Upon-Tyne

Área/Nível: **Física**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: "Cosmologia quântica"

Endereço: The University School of Physics - Dept. of Theoretical Physics

Newcastle-Upon-Tyne - NE 1 7RU - Grã-Bretanha

**Luis Felipe Giles Antunes de Mayolo**

University of Surrey

Área/Nível: **Física**/Doutorado

Previsão de conclusão: outubro/94

Tese: "Parâmetros que atuam na deteriorização da qualidade cristalina da camada superficial de silício e formação de defeitos cristalinos (SIMOX)"

Endereço: University of Surrey - Dept. of Eletronic and Electrical Engineering Guildford, Surrey - GU2 5XH - Grã-Bretanha

## **CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

### **Dario Grattaplaglia**

North Carolina State University

Área/Nível: **Genétina Vegetal**/Doutorado

Conclusão: maio/94

Tese: "Desenvolvimento e utilização de marcadores moleculares (RAPD e RFLP) no melhoramento genético de espécies do gênero "Eucalyptus"

Endereço: SQS 204 - Bloco H - apto. 204 - 70.234 - Brasília - DF - Brasil

### **Liz Milstein Kuschnaroff**

Université Catholique de Louvain

Área/Nível: **Imunologia**/Doutorado

Previsão de conclusão: outubro/94

Tese: "Indução de tolerância imunológica através da irradiação linfoide total"

Endereço: Rue Antoine Dansaert, 53 - Premier Etage - Bruxelas - B-100 - Bélgica

### **Vitor Warwar**

University of Nebraska

Área/Nível: **Genética**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: "Isolamento e caracterização de genes relacionados com a virulência em fungos vitopatogênicos"

Endereço: 1738 G ST. - apto. 12 - Lincoln, NE - 68503 - Estados Unidos

## **ENGENHARIAS**

### **Laudio Ribeiro Lima**

University of Kent at Canterbury

Área/Nível: **Engenharia Elétrica**/Doutorado

Previsão de conclusão: outubro/94

Tese: "Multiplexagem e demultiplexagem optiva por divisão de tempo (OTDM) aplicado a redes locais por fibras"

Endereço: Electronic Engineering Laboratories the University of Kent at Canterbury - Canterbury - Kent - CT2 7NT - Grã-Bretanha

### **Moacyr Bartholomeu Laruccia**

Heriot-Watt University

Área/Nível: **Engenharia Química**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro de 1994

Tese: "Numerical modelling of helical flow of non newtonian through eccentric annuli"

Endereço: 25/5 Clovenstone Gardens Wester Hails

Edinburgh, Scotland - EH 143EX - Grã-Bretanha

## CIÊNCIAS DA SAÚDE

### **Paulo Henrique Ferreira**

University of Alberta

Área/Nível: **Fisioterapia Terapia Ocupacional/Mestrado**

Previsão de conclusão: outubro/94

Tese: Fisioterapia esportiva/ortopédica

Endereço: Apt. 304 - 10717 - 81 Avenue - Edmonton, Alberta - T6E 1Y2 - Canadá

## CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

### **Antonio Aranha Correa do Lago**

New School for Social Research

Área/Nível: **Teoria Econômica/Doutorado**

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: "Intercâmbio desigual, produtividade diferencial e taxas de salário"

Endereço: 307 E. - 9th St. 2DR - New York, NY - 10003 - Estados Unidos

### **Heloísa Helena Ribeiro do Vale Orlando**

University of Nottingham

Área/Nível: **Direito/Doutorado**

Previsão de conclusão: setembro/94

Tese: "Environmental conservation and protection: Amazon Rain Forest of Brazil"

Endereço: Geography Dept. - Nottingham University

Nottingham - NG7 2RD - Grã-Bretanha

### **Ilka Camarotti Cortez**

Institute des Hautes Études de L'Amérique Latine

Área/Nível: **Urbanismo/Doutorado**

Previsão de conclusão: outubro/94

Tese: "O papel das organizações não-governamentais no âmbito da cooperação internacional (uma análise das ONGs na França e no Brasil)"

Endereço: Chez F.Girard 43, Rue Charles Silvestri - Vincennes - França - 94300

## CIÊNCIAS HUMANAS

### **José Luiz Machado Gaglianone**

Université de Paris - Vincennes - Paris VIII

Área/Nível: **Psicologia/Doutorado**

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: " Pré-psicose"

Endereço: 13 Rue Claude Pouvillet - Paris - França - 75017

### **Hulda Helena Coraciara Stadtler**

University of London

Área/Nível: **Antropologia**/Doutorado  
Previsão de conclusão: dezembro/94  
Tese: "Sistemas Simbióticos (Religião e Cognição)"  
Endereço: First Floor - Flat 23, Eilerslie Rd. - London - W12 7 BN - Grã-Bretanha

**Marcella Ohira**

Johns Hopkins University  
Área/Nível: **Política Internacional**/Doutorado  
Previsão de conclusão: dezembro/94  
Endereço: 1.427 - 27 th Street - N.W - Apt. 02 - Washington, DC - 20007 - Estados Unidos

**Rita Carolina Vereza Bruzzi**

Pennsylvania State University  
Área/Nível: **Currículo**/Doutorado  
Previsão de conclusão: dezembro/94  
Tese: "Linguagem e comunicação no material didático de ciências"  
Endereço: 331 West College Ave., Box 27 - State College, PA - 16801 - 5883 - Estados Unidos

## **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**

**Aparecida Donizetti de Aragão**

Middlesex Polytechnic  
Área/Nível: **Artes Plásticas**/Mestrado  
Previsão de conclusão: setembro/94  
Endereço: 140 Fellows Road - London - NW3 3JH - Grã-Bretanha

**Jairo Morais Nunes**

University of Maryland  
Área/Nível: **Linguística e Filologia**/Doutorado  
Previsão de conclusão: agosto/94  
Tese: "Teoria do caso em forma lógica e forma fonética."  
Endereço: 9133 Edmonston Terrace ap. 201 - Greenbelt 1. T. MD. 20770 - Estados Unidos

**Leila de Aguiar Costa**

École des Hautes Études en Sciences Sociales  
Área/Nível: **Literatura Comparada**/Doutorado  
Previsão de conclusão: agosto/94  
Tese: "Estudo comparado dos lugares faceciosos em Marguerite de Navarre e Jorge Ferreira de Vasconcelos. Modos de apropriação do riso na narrativa amorosa. Tipologias e gestuários do burlesco no teatro português."  
Endereço: 5, Rue Auguste Bartholdi - Paris - França - 75015

**Paulo Roberto de Lima Bueno**

State University of New York  
Área/Nível: **Artes Plásticas**/Mestrado  
Previsão de conclusão: dezembro/94  
Endereço: 485 Elmwood Ave. - Buffalo, NY - 14222-2013 - Estados Unidos



**Rodrigo Cordeiro Pereira Cardoso**

Pratt Institute

Área/Nível: **Artes Plásticas**/Mestrado

Conclusão: julho/94

Tese: Pesquisa das imagens geradas dentro do campo da tridimensionalidade."

Endereço: 474 Degraw St. 1 Floor - Brooklyn - NY - 11217 - Estados Unidos

**Rosangela de Araújo**

University of California

Área/Nível: **Cinema**/Mestrado

Previsão de conclusão: dezembro/94

Tese: "Produção de filme de animação conjugando técnicas de animação tradicional e experimental e computação gráfica, intitulado "Driving Alone", sobre menores de rua."

Endereço: Mailbox CO-10 - California Institute of the Arts - 24700 - McBean Parkway - Valencia, CA - 91355 -Estados Unidos

**Telma Nunes Gimenez**

Lancaster University

Área/Nível: **Letras**/Doutorado

Previsão de conclusão: setembro/94

Tese: "O processo de formação de professores de inglês no contexto dos cursos de letras no Brasil."

Endereço: Flat 4 Cartmel College - Lancaster University - Lancaster - LA1 4YL - Grã-Bretanha.

## CAPES RESPONDE

*Reproduzimos algumas das inúmeras cartas recebidas, que cumprimentam a CAPES pelo lançamento do seu Boletim Informativo:*

- + "Às vésperas de meu retorno ao Brasil, quero manifestar a V.Sa. os meus sinceros agradecimentos pelo apoio que recebi da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **CAPES** neste período de 1 ano e 4 meses em que desenvolvi estágio em nível de Pós-doutorado na Université de Laval, Québec.

Além de relevar a presteza de informações provenientes da Divisão de Bolsas e Auxílios no Exterior, quero acentuar a importância dos documentos INFOCAPES que recebi e li. Estes documentos, na minha maneira de ver, têm dupla função, ou seja, informar e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância e responsabilidade de cada um de nós, bolsistas no exterior, dentro dos minúsculos gráficos projetados, mas que representamos enorme carga no gráfico real dos quadros financeiros da CAPES e da nossa Nação, misto de primeiro, segundo e terceiro mundos.

Também, a remessa do Jornal da SBPC, de conteúdo elucidativo da ciência no Brasil, é mais um ponto positivo da CAPES, pois este documento aumenta nosso rol de informação, eliminando a ignorância do nosso dia-a-dia científico que grassa entre brasileiros quando se encontram fora do País. Por tudo isso, se torna mais fácil falar da educação e da pesquisa no Brasil para os estrangeiros..." *Enilde Faulstich, Université de Laval, Québec, Canadá.*

- + "Parabenizamos-lhe pela iniciativa de retomada da publicação inicial da CAPES, pela qualidade da mesma, como também pela homenagem ao grande educador Anísio Teixeira. Vale registrar que, em um País onde a memória histórica é tão pouco valorizada, merecem especial reconhecimento iniciativas desta natureza." **Prof<sup>a</sup>. Terezinha J. P. Maciel, Coordenadora de Capacitação de Recursos Humanos da Universidade Federal do Ceará**
- + "O INFOCAPES permite ao bolsista no exterior estar atualizado com as atividades da CAPES e em contato com a comunidade acadêmica brasileira." **Prof<sup>a</sup>. Raquel Maria Olegário, Robinson College, Cambridge, Grã-Bretanha.**
- + "Acusamos o recebimento da "Síntese dos Resultados da Avaliação da Pós-Graduação", bem como dos nºs 1 e 2 do Boletim Informativo - INFOCAPES e queremos cumprimentá-la por mais esta importante realização... Esses documentos irão colocar a comunidade acadêmico-científica a par do que essa importante Fundação vem realizando em prol da formação de recursos humanos." **Dr. Décio Barbin, Professor da USP e Coordenador da Área de Agrárias da CAPES.**
- + "Gostaríamos de parabenizar à direção da CAPES, pela iniciativa e pela qualidade do material veiculado." **Prof. Antonio Marciano da Silva, Coordenador Geral de Pós-Graduação da Escola Superior de Agricultura de Lavras.**
- + "Vimos acusar o recebimento e agradecer a Publicação INFOCAPES... Sem dúvida, os dados contidos em tais documentos constituem-se subsídios valiosos para reflexão sobre a Pós-Graduação." **Prof<sup>a</sup>. Rosa Maria Godoy, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba.**
- + "A iniciativa de restabelecer o Boletim Informativo merece o reconhecimento de toda a comunidade acadêmica, podendo constituir-se em um espaço privilegiado para o debate de políticas de formação de recursos humanos de alto nível." **Prof. Gilberto M. de Oliveira Castro, Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**
- + "Recebemos e consideramos um empreendimento muito útil o INFOCAPES... Parabéns..." **Prof<sup>a</sup>. Geraldina Porto Witter, Coordenadora Geral dos Cursos de Pós-Graduação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.**
- + "Esperamos que o INFOCAPES se torne rapidamente o mais completo periódico e adequado Forum sobre a Pós-Graduação no País... Para as Pró-Reitorias se constituirá em um espaço de suma importância na orientação e execução de suas ações junto à comunidade universitária e à sociedade." **Prof. Mário Cella, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão.**
- + "Agradecemos o envio do INFOCAPES e salientamos a importância de estabelecer mais este canal de comunicação com a comunidade acadêmico-científica." **Prof<sup>a</sup>. Maria Amélia Bulhões Garcia, Coordenadora do Mestrado em Artes Visuais, do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
- + "Parabenizamos pela iniciativa, na certeza de que será alcançado sucesso nos objetivos almejados." **Prof. José Eustáquio Romão, Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora.**
- + "Vimos cumprimentá-la pela iniciativa de editar o INFOCAPES, com destaque especial para o Mercado de Talentos... Tomamos a liberdade de sugerir a ampliação da sessão CAPES RESPONDE, bem como tentar elaborar o Mercado de Talentos junto ao CNPq." **Dr. José Antônio de C. R. de Souza, Professor Titular do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.**

*A CAPES agradece os votos formulados que constituem mais um estímulo para realização do seu trabalho junto à comunidade acadêmica. As sugestões aqui formuladas serão objetos de estudo, visando sua adoção.*

